

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim de isenção em importação combate concorrência desleal, diz ministro da Fazenda 4

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Capitão diz que teve de explicar a Bolsonaro sobre joias retidas 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ANFIP

Sob Lula, Receita barra saída de ex-secretário sem amparo legal 6

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados do INSS ficam de fora das discussões sobre o salário mínimo e abrem crise entre sindicatos 8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas diminuem em até 17,5% os encargos sobre a folha 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planos para Shopee, saúde e educação aumentam embate do PT com Haddad 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com juro alto, renda fixa lidera preferência dos brasileiros - MERCADO S/A 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin e Unecs se reúnem para tratar de Reforma Tributária - CAPITAL S/A 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo precisa melhorar engrenagem política, afirma Lira 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da folha deve ser prorrogada até reforma sair, diz Tebet 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz não contar com saída de Campos Neto do BC 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por uma reforma tributária saudável, solidária e sustentável (Artigo) 22

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Lula é audacioso ao desdolarizar o comércio com a China 24

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Políticas e Justiça 26

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária permitirá exigir que sites estrangeiros se registrem e só vendam recolhendo imposto, diz secretário da Fazenda 29

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz que LDO será baseada no teto de gastos e vai 'assustar' 31

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

E-commerce: Appy diz que reforma tributária resolve 'estruturalmente' problema da evasão fiscal 32

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Discussões, palavrões e 'superblocos': o tumultuado início de ano na Câmara dos Deputados 33

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

A alegria do menino da favela 34

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo deve manter desoneração da folha até reforma dos impostos sobre os empregos, diz Tebet 35

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na China, Haddad diz que Brasil não tem intenção de se afastar dos EUA 36

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz estar otimista que reforma tributária vai simplificar modelo 37

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Anarcotributarismo conduz governo à bagunça 38

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo abre mão de R\$ 525 bi em impostos por ano; veja lista de isenções 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por uma questão de isonomia 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Arcabouço ameaça Lula com restrição de gastos mais forte do que a prevista 42

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alguém vai pagar por arrecadação maior - VERA MAGALHAES 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O arcabouço da expansão fiscal - ROGÉRIO FURQUIM WERNECK 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto na compra pode superar valor do produto 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Real mais forte já reduz ganho de exportador 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributação e emprego no mundo digital - CLAUDIA SAFATLE 53

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sinais de redução da taxa da inflação se acentuam (Editorial) 55

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Pausa nas montadoras não é sinônimo de crise (Artigo) 56

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Freio no Brasil mostra receio de investidor, afirma Banco Mundial 58

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Baixar os juros não é tão simples (Editorial) 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PT quer barrar teto para investimentos 60

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O dólar abaixo dos R\$ 5 - CELSO MING 61

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Metas fiscais devem ficar fora do texto de âncora 63

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Pressa de Lula é incompatível com missão dos BCs (Editorial) 64

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

EUA têm crédito em contração depois do choque de juros (Artigo) 65

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Movimento propõe agenda até 2034 por PIB maior e bem-estar social 67

Fim de isenção em importação combate concorrência desleal, diz ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira (13) que a decisão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de acabar com a isenção para encomendas internacionais de até US\$ 50 visa garantir isonomia na concorrência entre as varejistas brasileiras e empresas de fora do país.

Em entrevista à GloboNews em Xangai, onde acompanha Lula em visita oficial à China, o ministro afirmou que há muita confusão e desinformação em relação à medida e que há reclamações de companhias brasileiras sobre o que veem como "concorrência desleal", principalmente por parte de varejistas chinesas que vendem para o Brasil via internet.

"Eu tenho visto muita confusão e muita desinformação. O que está se reclamando por parte de algumas empresas é que está havendo uma espécie de concorrência desleal por parte de alguns sites, não de todos", disse Haddad à emissora.

"Então isso está sendo investigado e pode ser coibido. O melhor que pode acontecer para o consumidor e para a economia brasileira é uma isonomia na concorrência. Você tem que ter igualdade de condições de concorrência. Quando isso não tem, prejudica muito a economia", afirmou.

A decisão do governo de acabar com a isenção de encomendas internacionais de até US\$ 50 parte de um esforço para taxar compras feitas em grandes varejistas internacionais, o que gerou uma onda de críticas e reações nas redes sociais no Brasil.

Embora companhias chinesas tenham crescido em popularidade no Brasil, o ministro tem afirmado que a iniciativa não tem foco em empresas específicas.

"Vocês falam da Shein como se eu conhecesse. Eu não conheço a Shein. Único portal que eu conheço é o da Amazon, eu compro um livro todo dia, pelo menos", disse Haddad nesta quinta a jornalistas.

Segundo a **Receita Federal**, a isenção se aplica "para envios de pessoa física para pessoa física, mas vem sendo amplamente utilizado de forma fraudulenta,

para vendas realizadas por empresas estrangeiras".

Em entrevista ao podcast O Assunto, do G1, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, enfatizou que não haverá nenhum tipo de criação de novo imposto. "O que há, sim, é uma fiscalização e mudança nesse benefício que existia e era usado de maneira irregular", disse ele.

Galípolo falou ainda sobre a intenção de ser publicada uma medida provisória para tratar do assunto, o que foi confirmado pela assessoria da pasta.

"Virá uma MP que vai dar mais instrumentos para o processo de fiscalização, e virá uma MP para fechar esse tipo de possibilidade de que se está utilizando hoje como subterfúgio, que é emular como se fosse uma remessa de uma pessoa física para outra pessoa física".

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246&maxTouch=0&_ga=2.153559800.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Capitão diz que teve de explicar a Bolsonaro sobre joias retidas

PEPITA ORTEGA FAUSTO MACEDO

Um ex-servidor da Presidência da República disse que teve de explicar a Jair Bolsonaro, em uma ligação em viva-voz, por que não poderia atender ao pedido de retirar do cofre do Aeroporto de Guarulhos joias dadas pelo regime saudita à ex-primeira-dama Michelle. Os bens foram apreendidos pela **Receita Federal** e o ex-presidente tentou reavê-los antes do fim do mandato, conforme revelado pelo Estadão.

Em depoimento à Polícia Federal, o capitão de corveta da reserva Marcelo da Silva Vieira, ex-chefe de gabinete adjunto de Documentação Histórica da Presidência da República, detalhou a ligação em que o tenente-coronel Mauro Cid - ex-ajudante de ordens de Bolsonaro - pediu que ele explicasse o motivo de não assinar um ofício para liberar o estojo com presentes avaliados em R\$ 16,5 milhões. De acordo com o ofício, os bens "teriam sido encaminhados para o Estado (brasileiro) pelo governo da Arábia Saudita".

O conjunto de colar, anel, relógio e um par de brincos de diamantes foi apreendido pelo Fisco em outubro de 2021. As joias estavam na mochila de um militar, assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A partir daí, o governo deu início a uma série de tentativas para reaver os bens.

Para Bolsonaro Mauro Cid ligou para Marcelo Vieira para informar que "os relógios" teriam sido presentes. Segundo o oficial da reserva da Marinha, que depôs anteontem, a ligação do tenente-coronel Mauro Cid foi realizada no dia 27 de dezembro do ano passado, no apagar das luzes do governo Bolsonaro. Ele disse ter dado explicações técnicas sobre a impossibilidade de assinar o documento solicitando a incorporação de bens retidos pelo órgão, sendo que "apenas ouviu do presidente da República um "ok, obrigado".

Antes de falar com Bolsonaro, o militar disse que expôs a Cid que o Gabinete de Documentação Histórica da Presidência não tem a função de solicitar bens, mas apenas de "tratamento" de presentes. O "tratamento" consiste no registro da história dos presentes recebidos pelo presidente da República.

MINUTA. O ajudante de ordens do então presidente ligou para o capitão da reserva logo depois de encaminhar uma minuta de ofício para o WhatsApp de

Marcelo Vieira. No mesmo dia, o militar da Marinha questionou Mauro Cid, por mensagem, perguntando se ele havia encontrado "solução" para o ofício. Em resposta, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro disse que o assunto estava "resolvido".

No dia seguinte, Mauro Cid ligou novamente para Marcelo Vieira para informar que "os relógios" teriam sido presentes para Bolsonaro e que eles seriam entregues no dia seguinte no Gabinete para "tratamento" no registro.

Bolsonaro teria sido presenteado com três conjuntos de joias do regime saudita: o primeiro, uma caixa estimada em cerca de R\$ 1 milhão, passou pela alfândega sem ser declarado pela comitiva liderada pelo ministro Bento; o segundo, com as joias para Michelle, acabou retido no aeroporto; o terceiro era um estojo que inclui um relógio da marca Rolex, de ouro branco, cra-vejado de diamantes.

O terceiro estojo estava guardado em uma propriedade rural do ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet. As caixas foram devolvidas ao poder público por ordem do Tribunal de Contas da União (TCU). |

Sob Lula, Receita barra saída de ex-secretário sem amparo legal



Julio Cesar Vieira Gomes, ex-secretário que teve exoneração barrada. Washington Costa - Efe/22, Divulgação/Ministério da Economia

Ranier Bragon Brasília

A **Receita Federal** suspendeu a exoneração do ex-secretário Julio Cesar Vieira Gomes usando uma justificativa que não tem amparo legal no caso.

Vieira Gomes chefiou o órgão no último ano do governo de Jair Bolsonaro (PL) e é investigado pelo caso das joias sauditas apreendidas no aeroporto de Guarulhos (SP). Ele pediu e foi exonerado pela Superintendência da Receita no Rio, mas o ato foi suspenso logo em seguida por portaria assinada pelo atual secretário do Fisco, Robinson Barreirinhas.

A portaria assinada por Barreirinhas barra a exoneração considerando, "por cautela, a supremacia do interesse público, as peculiaridades do caso, o disposto no art. 172 da Lei nº 8.112/90" e uma investigação preliminar em curso na CGU (Controladoria-Geral da União).

O único dispositivo legal específico citado, o artigo 172 da Lei dos Servidores Cíveis da União (8.112/90), estabelece que o servidor "que responder a processo disciplinar" não pode ser exonerado a pedido com o procedimento em curso.

Ocorre que Vieira Gomes ainda não responde a processo disciplinar, informação que é confirmada pela CGU e por documento da própria Receita.

No caso das joias sauditas, Vieira Gomes é objeto de uma IPS (Investigação Preliminar Sumária) na CGU, que, como o nome diz, é uma apuração inicial em que não há ampla defesa e cujo objetivo é definir se há indícios mínimos de cometimento de delito e de autoria para posterior instauração do processo disciplinar.

A instrução normativa que a instituiu, em 2020, estabelece que o IPS "constitui procedimento administrativo de caráter preparatório, informal e de acesso restrito".

O IPS foi aberto no dia 7 de março, ainda está em curso e tem 180 dias para ser concluído, podendo ser prorrogado, disse a CGU.

O procedimento da superintendência do Rio que resultou na decisão da exoneração a pedido de Vieira Gomes também contém um nada consta em seu nome relativo a processos administrativos no âmbito do Fisco.

A Folha questionou a Receita sobre a decisão de Barreirinhas, já que o ex-secretário não responde a um PAD (Processo Administrativo Disciplinar). Solicitou ainda pareceres internos que eventualmente tenham embasado a portaria.

O órgão apenas enviou uma reprodução da portaria publicada e disse que não tinha mais manifestação a fazer no momento.

A Folha apurou que o caso foi encaminhado para a corregedoria do Fisco para análise sobre a possibilidade de a exoneração a pedido ser mantida.

"A supremacia do interesse público justifica muita coisa, pelo menos em um primeiro momento, mas é preciso haver um amparo na lei. Tomando como verdade que não há um PAD na Corregedoria da Receita nem na CGU, não há elementos para fazer isso", afirma Mauro Silva, presidente da Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita**).

Além de não ter embasamento legal específico, a atitude da Receita também pode não ter efeito prático, já que a exoneração de Julio Cesar não impede a eventual abertura de PAD, inclusive com a aplicação

da pena de demissão -nesse caso a sua situação mudaria de exonerado a pedido para demitido.

A reportagem não conseguiu contato com o ex-secretário para falar sobre a decisão da Receita.

Vieira Gomes é suspeito de ter pressionado fiscais para liberarem as joias apreendidas no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Ele e Bolsonaro chegaram a conversar por telefone no final do ano passado sobre os itens de luxo apreendidos.

Em manifestações anteriores, o ex-secretário sempre negou a tentativa de interferência, dizendo ter seguido todas as orientações legais.

Integrantes da Receita e de outros órgãos que acompanham o caso afirmam, em caráter reservado, que uma possível intenção do ex-secretário ao pedir a exoneração pode ser a liberação para a livre atuação na área privada, como advogado.

De acordo com seu currículo, Vieira Gomes é doutor e mestre em direito tributário pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

"A supremacia do interesse público justifica muita coisa, pelo menos em um primeiro momento, mas é preciso haver um amparo na lei. Tomando como verdade que não há um PAD na Corregedoria da Receita nem na CGU, não há elementos para fazer isso" Mauro Silva presidente da Unafisco

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246>

Aposentados do INSS ficam de fora das discussões sobre o salário mínimo e abrem crise entre sindicatos

Cristiane Gercina

Entidades que representam aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) têm ficado de fora das discussões sobre o novo modelo de reajuste do salário mínimo e, conseqüentemente, o valor que será pago .

O salário mínimo, hoje em 1.302 , deve ser reajustado para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio , atendendo compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) firmado com sindicatos, incluindo os de aposentados.

Uma nova fórmula de reajuste está em debate no Ministério do Trabalho e Emprego. Reuniões estão sendo realizadas com as centrais sindicais e outros ministérios, mas, até agora, segundo representantes de aposentados e pensionistas do **INSS**, a categoria ainda não participou dos debates presenciais.

João Inocentini, presidente do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), afirma que chegou a ser convidado para uma das reuniões, realizada na semana passada, mas que o convite chegou após o fim do expediente de uma sexta-feira, com reunião marcada para a manhã de segunda, sem que os sindicalistas conseguissem se organizar para ir à Brasília.

A confusão provocou dissidência entre o Sindnapi e a Força Sindical, central à qual o sindicato era coligado. Nesta terça-feira (11), reunião da diretoria votou pelo desligamento temporário entre a entidade e a Força, e pela suspensão dos repasses mensais.

Para Inocentini, os aposentados e pensionistas são público expressivo que recebe o salário mínimo e precisam ser ouvidos. Dados do Sindnapi são de que entre 26 e 27 milhões dos quase 37 milhões de beneficiários da **Previdência Social** ganham hoje o piso nacional.

"Metade do público que recebe salário mínimo no país é de aposentados", diz. Segundo ele, o sindicato também tem um estudo para apresentar ao Ministério do Trabalho. Inocentini afirma que deve participar da

reunião que será realizada na próxima semana, e aguarda convite com antecedência por parte do ministério.

"Nós queremos recuperar o salário mínimo. As melhores épocas de nosso país foram quando o salário mínimo era melhor: em 45 e 46, nos anos 60, anos 80 e nos governos Lula e Dilma. Gerava renda, ajudava municípios, era dinheiro circulando. O dinheiro tem que estar na mão do povo, que compra e movimentava a economia", afirma.

Warley Martins, presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados Pensionistas e Idosos), também diz não ter sido convidado para os debates. "Não nos convidaram, estamos sabendo só pela imprensa", afirma.

Além dos estudos sobre o salário mínimo, Inocentini pretende levar à Brasília levantamento sobre o custo dos medicamentos, que tem onerado os aposentados. Desde 31 de março, os remédios estão 5,6% mais caros no país.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, nega falta de participação dos aposentados. "Eles estão no grupo. Têm que participar sim, é importantíssimo", afirma. O sindicalista diz que a reunião da semana passada avançou em dois pontos importantes: todos concordam que o mínimo está defasado e que deve haver uma nova fórmula de reajuste.

Houve, porém, divergência quanto ao valor. As centrais querem R\$ 1.381 para repor as perdas deixadas pelo governo Bolsonaro . A fórmula defendida hoje é a retomada do modelo que foi aplicado nos governos Lula e Dilma, que vigorou de 2007 a 2019, e considera a **inflação** do ano anterior mais o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

No entanto, a categoria quer repor 5,8% a mais, que seriam as perdas, parceladamente até 2026. "O que estamos justificando é que, desde quando foi criado o salário mínimo, em 1940, o poder de compra está menos de 50% do que era na época."

A nova fórmula vigoraria por 30 anos. Pela proposta, nos próximos três anos, o salário mínimo seria reajustado em mais 2,4% ao ano, além da **inflação** do período medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e da variação do **PIB** (Produto Interno Bruno).

Aplicada como fruto de um acordo entre as centrais e o governo Lula em 2007, essa regra foi convertida em lei em 2015 com vigência até 2019. Em 2020, o governo Bolsonaro passou a corrigir o salário mínimo pela **inflação**, como diz a Constituição.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/aposentados-do-inss-ficam-de-fora-das-discussoes-sobre-o-salario-minimo-e-abrem-criese-entre-sindicatos.shtml>

Empresas diminuem em até 17,5% os encargos sobre a folha

Fazer uso da alta carga tributária como estratégia competitiva pode ser novidade para muitas empresas, mas não para as grandes corporações, que usam táticas para pagar menos **impostos** dentro da lei. A aplicação correta da tributação, considerando todas as especificidades da legislação, melhora a competitividade comercial, diminui o custo operacional e aumenta a margem do produto.

Para Ronison Leal, CEO da Monetali, a estratégia de transformar o imposto em caixa não é restrito a grandes empresas, mas vê como acessível também para as pequenas e médias. Não há necessidade de longos estudos, nem mesmo de alterações significativas nos processos atuais ou investimentos em softwares, qualquer setor fiscal e contábil, seja interno ou externo, consegue aplicar ainda dentro do trimestre as ações necessárias para reduzir a pesada alíquota de **INSS**, podendo chegar em até 17,5% de redução mensal. Não existe fórmula mágica nem milagre, é estratégia fiscal pura, é usar a legislação a seu favor, disse o executivo.

A seguir, as 3 principais estratégias da Monetali para diminuição de **impostos** em até 90 dias:

Estratégia para diminuir encargos tributários sobre a folha de salário

A primeira estratégia está na possibilidade de efetuar o pagamento da guia de imposto com redução. Esta talvez seja uma matéria desconhecida até para grandes especialistas da área, o uso do Ativo Moeda, permite a transferência legal de saldo credor de **INSS** de uma empresa para outra. Importante ressaltar que para ter validade, este processo deve possuir decisão transitada em julgado que permite a comercialização desse saldo para terceiros.

Ronison alerta para recorrentes golpes e fraudes no mundo tributário: ouvimos de tudo, desde teses mirabolantes e infundadas à proposta de apagar os débitos direto no sistema da Receita. Esse tipo de operação com **INSS** é muito delicada, não tem relação alguma com precatórios ou com direito creditório, longe disso. A RFB não permite a transferência de crédito de terceiros para compensar **impostos** da Folha, exceto se há uma decisão em trânsito em julgado outorgando isso, que é o que oferecemos para nossos clientes.

A segunda estratégia visa receber de volta parte do **INSS** pago nos últimos anos. A operação já é conhecida de muitos, porém por insegurança, medo de retaliação por parte da Receita ou devido a resultados negativos do passado, poucos usufruem deste benefício legal do sistema tributário brasileiro.

A terceira está na redução dos **impostos** futuros. Toda empresa no regime de tributação lucro real ou presumido tem pelo menos uma oportunidade de diminuir a carga tributária. O melhor aproveitamento das regras tributárias é um trabalho que vai além da contabilidade, é importante que os advogados, contadores e financistas estejam alinhados e atuando em conjunto na constante revisão dos **impostos**. O uso de tecnologias avançadas, apesar de ser fundamental para este trabalho, torna-se coadjuvante, sendo o entendimento da legislação atual e sua aplicação estratégica, o que dará sucesso na operação.

Como estruturar uma operação desse nível

Antes de tudo, se faz necessário destacar 3 pontos chaves:

Apesar de uma estruturação dessa magnitude ser relativamente rápida, em cerca de 90 dias já é possível ter retorno concreto, o processo não é tão simples e precisa de cuidado. Se feito sem o devido zelo, pode trazer implicações na saúde financeira e até problemas maiores, respondendo criminalmente inclusive.

Ronison sugere que esse tipo de operação seja feita por uma auditoria externa, mas recomenda cautela: É importante que tenham conhecimento específico na matéria e com experiência suficiente no nicho de atuação e cases concretos, é o tipo de trabalho que não deve ser executado por generalistas. Quando feito corretamente, os resultados tendem a chegar mais rápidos, de forma segura e com maior taxa de sucesso.

A Monetali atua na solução Ativo Moeda, além de reduzir diretamente os encargos da folha de pagamento em cerca de 17,5%, se propõe a dar soluções legais de crédito de **INSS**, PIS/COFINS e ICMS, tanto para recuperação pretérita, quanto ajustes

futuros.

Website: <http://www.monetali.com>

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/empresas-diminuem-em-ate-175-os-encargos-sobre-a-folha,7b707158e70acad4d93b06885243ce19xt38b0ct.html>

Planos para Shopee, saúde e educação aumentam embate do PT com Haddad

Julia Chaib Thiago Resende

Em meio a embates sobre o arcabouço fiscal, o PT já prepara uma nova ofensiva contra outras propostas em elaboração pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Apesar de não terem dado detalhes, integrantes da equipe econômica anunciaram ao menos duas novas medidas, que mexem nos gastos mínimos com saúde e educação e em **impostos** sobre produtos importados.

Para integrantes da cúpula do PT, essas ideias afetam a base política do partido.

Em uma frente, o governo quer colocar fim à isenção de imposto de importação para encomendas de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250) remetidas por pessoas físicas e destinadas a pessoas físicas. Isso também vai, na prática, afetar compras feitas em varejistas asiáticas como AliExpress, Shein e Shopee.

Membros da equipe econômica também têm dito que o governo pretende alterar a Constituição para mudar o modelo de correção do valor mínimo de gastos com saúde e educação.

Petistas ficaram incomodados com ambas as ideias e pretendem cobrar que novas iniciativas a serem propostas tenham como alvo classes mais favorecidas, e não as mais baixas.

Um dirigente petista ironiza que Haddad já era tratado como o mais tucano dos petistas, mas que agora, está demonstrando o potencial liberal.

Além disso, integrantes do PT pontuam que a vitória de Lula nas ruas foi apertada, o que na avaliação do partido não abre margem para um conjunto de ações de caráter impopular na área fiscal e econômica.

Preocupado com a repercussão negativa, o governo atuou nesta quarta-feira (12) para conter os desgastes provocados pelo anúncio do fim da isenção de imposto de importação para encomendas de até US\$ 50 entre pessoas físicas.

O Planalto mobilizou influenciadores com uma estratégia de explicar a medida, cujo objetivo é

arrecadar até R\$ 8 bilhões fechando o cerco às plataformas de varejo internacionais. A medida, de acabar com a isenção para a importação de encomendas no valor de até US\$ 50 entre pessoas físicas, foi anunciada em entrevista do secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, ao UOL.

Dirigentes do partido de Lula argumentam que a taxaço atinge, principalmente, integrantes de classes médias e baixas. Nas redes sociais, o governo Lula tem sido ironizado por não propor a taxaço de grandes fortunas, como chegou a ser citado na campanha eleitoral, e, em vez disso, criar uma cobrança para as compras de produtos internacionais.

Plataformas de varejo internacionais, como as asiáticas AliExpress, Shein e Shopee, abocanharam uma parte significativa do mercado brasileiro com produtos mais baratos e são acusadas de concorrência desleal por parte das empresas brasileiras.

O Ministério da Fazenda diz que a isenção, que está em vigor para essas remessas, vem sendo utilizada para fraudes por empresas de comércio eletrônico que colocam indevidamente o nome de pessoas físicas como remetentes.

Por isso, pela proposta de Haddad, não haverá mais distinção de tratamento nas remessas por pessoas jurídicas e físicas, o que faria haver cobrança de imposto de importação para todos os casos. O timing em que a proposta veio à público também foi criticado por petistas por coincidir com a viagem de Lula à China.

O PT já pretende chamar o ministro da Fazenda para explicar o projeto de novo arcabouço fiscal. Não está descartado questionar Haddad sobre as demais medidas.

Nesta segunda-feira (10), a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), fez ressalvas à proposta de regra fiscal apresentada pelo ministro em substituição ao teto de gastos.

Há também forte rejeição, dentro do partido, ao compromisso de Haddad para zerar o rombo das contas públicas em 2024. Para integrantes da sigla,

isso pressiona o governo a fazer corte de gastos se não houver a confirmação da expectativa de receitas - um dos principais pontos apresentados pelo Ministério da Fazenda é o aumento da arrecadação para controlar as contas públicas.

Sobre os pisos de saúde e educação, o temor do PT para a mudança na regra de correção do mínimo é que, na prática, os valores destinados a essas áreas sejam reduzidos. Essa medida impacta negativamente nas bases petistas, inclusive servidores públicos dessas áreas.

De acordo com a Constituição, os pisos de saúde e educação são corrigidos por um percentual da receita. No caso da saúde, 15% da chamada RCL (receita corrente líquida, que representa a arrecadação federal deduzida das transferências constitucionais e legais feitas a estados e municípios, além de algumas contribuições). Em educação, o piso é de 18% da receita líquida de impostos.

Os pisos constitucionais, que vigoraram antes da aprovação do teto de gastos no governo Michel Temer e voltarão a ser aplicados, são considerados essenciais por petistas para garantir aumentos nos valores aplicados nessas áreas.

Integrantes do PT já adiantam que não há uma disposição em votar uma proposta, mesmo que apresentada por Haddad, que reduza ou flexibilize demais os pisos.

Em uma ala do partido, a ideia é evitar críticas abertas neste momento, mas a cúpula do partido, em breve, irá se posicionar contra a proposta.

O secretário-geral da sigla, Henrique Fontana, diz que os pisos constitucionais são sagrados e que Haddad nunca mencionou nas conversas que tiveram planos para alterá-los.

"Tenho segurança de que não vamos mexer nisso [nos pisos constitucionais]. Todas as vezes que conversei com Haddad sobre a política que ele está conduzindo, ele não mencionou essa hipótese", afirma Fontana.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246&maxTouch=0&_ga=2.153559800.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Com juro alto, renda fixa lidera preferência dos brasileiros - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Os juros altos levaram um número recorde de brasileiros a investir na renda fixa. Em 2022, conforme dados compilados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a modalidade respondeu por 60,3% dos investimentos, acima dos 56,8% de 2021. Em 2023, a tendência se manteve. Outro levantamento, desta vez feito pelo buscador financeiro Yubb, revelou que, em março, os três ativos mais buscados foram, na ordem, CDBs, Tesouro Direto e LCI/LCA. O ranking trouxe uma novidade: depois de muito tempo, as criptomoedas voltaram a figurar na lista dos dez investimentos mais procurados. Há razão para isso. Desde o início do ano, o bitcoin subiu 70%. Ainda assim, a moeda virtual está longe de sua máxima histórica, alcançada em novembro de 2021. Se os juros caírem, a tendência é que a renda variável volte a ocupar lugar de destaque na preferência dos brasileiros.

Tok Stok fecha lojas em meio a dívidas de R\$ 600 milhões

Com dívidas que chegam a cerca de R\$ 600 milhões, a Tok Stok, maior varejista de móveis e acessórios de decoração do Brasil, vai fechar mais duas lojas, uma em Fortaleza, no Ceará, e outra em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A empresa tenta encontrar uma

saída para a crise que se instalou a partir pandemia de covid-19 e que levou ao encerramento das atividades da concorrente Etna. Uma solução estudada pela Tok Stok, mas ainda incerta, é a fusão com a também rival Mobly.

Na General Mills, funcionários não têm mesa fixa para trabalhar

O trabalho colaborativo é uma tendência no mundo empresarial. Recentemente, a multinacional do setor de alimentos General Mills, dona das marcas Yoki, Kitano e Häagen-Dazs, concluiu a reforma da sede em São Bernardo do Campo (SP). O interessante é que apenas 10% das mesas são fixas - as outras 90% mudam de lugar e se ajustam de acordo com a necessidade de ocupação. Ou seja, quase ninguém tem lugar demarcado para trabalhar. Os funcionários vão ao escritório, em média, apenas três vezes por mês.

Agronegócio teme que **reforma tributária** aumente custos de produção

Representantes do agronegócio temem que as novas regras tributárias, ainda sem prazo para serem aprovadas, aumentem os custos de produção e encareçam o preço dos alimentos. No Congresso, a Frente Parlamentar Agropecuária tem especial preocupação com o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA). Segundo a comissão, o estabelecimento de uma alíquota única poderia onerar as cadeias do setor, o que afetaria a rentabilidade especialmente dos pequenos produtores. O debate ganhará volume nos próximos meses.

Rapidinhas

A Caixa Econômica Federal vai retomar a linha de crédito conhecida como FGI-PEAC, que se destina a microempreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas. Serão liberados empréstimos para firmas com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões. Segundo a Caixa, não é preciso dar destinação específica para os recursos.

A 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro autorizou a Oi a captar um empréstimo emergencial de US\$ 275 milhões. Segundo a empresa, o dinheiro será usado para o pagamento de salários e a quitação de obrigações de curto prazo. Sem os recursos, havia risco para a continuação das atividades regulares da empresa.

A plataforma americana de turismo Local App retomará as operações no Brasil. A empresa fechou o escritório no país no auge da pandemia de Covid-19, mas decidiu voltar ao mercado brasileiro diante das

boas perspectivas do setor. Entre outros serviços, a empresa oferece uma espécie de guia digital de atrações turísticas.

Os sites de apostas esportivas estão na mira do governo. Um cálculo do Ministério da Fazenda estima que, todos os anos, R\$ 8 bilhões deixam de ser arrecadados devido à falta de regulamentação do setor. Além da criação dos **tributos**, é possível que seja criada uma taxa de R\$ 30 milhões para a concessão de licença aos sites.

"Toda empresa que é séria e atua dentro da legalidade não vai sofrer qualquer tipo de consequência negativa" Gabriel Galípolo, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, sobre as medidas que serão adotadas contra a sonegação de **impostos** por parte das grandes redes internacionais de varejo online

37,6% foi quanto aumentaram os pedidos de recuperação judicial no Brasil no primeiro trimestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a Serasa Experian

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/14/all.pdf>

Alckmin e Unecs se reúnem para tratar de Reforma Tributária - CAPITAL S/A



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Divulgação



Minervino Júnior/CB/D.A.Pres:



SAMANTA SALLUM

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e do Instituto UNECS (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços), João Galassi, e o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), José César da Costa, participaram, ontem, de reunião com o presidente em exercício e Ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Dentre os temas debatidos, a **Reforma Tributária**. O setor de comércio e serviços defende a simplificação e alíquotas múltiplas "coerentes com as diversas realidades e, sobretudo, com redução no caso de alimentos essenciais à população."

Presenças

A agenda contou também com a presença do presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) no Senado, o senador Efraim Filho (UNIÃO-PB); dos deputados federais Domingos Sávio (PL-MG), Zé Neto (PT-BA) e Luiz Gastão (PSD-CE); e do senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

Alimentos essenciais

Alckmin - que quando governador de São Paulo reduziu **impostos** e zerou o imposto de itens da cesta básica, como do arroz e do feijão - se disse favorável à proposta de imposto único com múltiplas alíquotas,

com olhar especial para os alimentos essenciais.

Fórum do Comércio

Ainda durante o encontro, José César da Costa convidou Geraldo Alckmin para participar do VI Fórum Nacional do Comércio, que será realizado em 24 e 25 de outubro, em Brasília.

IBGE aponta destaque de bares e restaurantes na geração de empregos

Saldo do setor no último trimestre é o maior entre todos os analisados, segundo o IBGE. Resultado ainda reflete contratações de dezembro. Assim, bares e restaurantes continuam puxando a criação de empregos no Brasil, apesar de acumular dívidas ainda da pandemia.

O resultado mostra a resiliência e o otimismo do setor, além de sua capacidade de movimentar a economia, gerando mais vagas que todos os outros segmentos em termos percentuais, mesmo em um momento de incerteza"

Paulo Solmucci, presidente da Abrasel

Advogadas de Brasília se destacam em ranking nacional

Um grupo de 25 advogadas de Brasília foram destacadas pelo ranking Análise Advocacia Mulher 2023. O primeiro lugar, citado como Escritório Especializado mais lembrado do Distrito Federal, é a Advocacia Fernanda Hernandez.

Comandado pela tributarista Fernanda Hernandez, o escritório foi fundado em 1990 e é reconhecido pela atuação nos tribunais superiores, em especial STF e STJ. Trabalha para setores como agro, financeiro, indústria e imobiliário nas áreas do direito civil, tributário, constitucional e administrativo.

Estreia

A advogada especialista em direito previdenciário, Thais Riedel Zuba, estreou no ranking que listou cerca de 1.200 profissionais mais admiradas por executivos jurídicos e financeiros. O objetivo da premiação é reconhecer o papel das advogadas na construção de um judiciário e de uma sociedade mais igualitária.

Na lista

Estão também na lista Beatriz Donaire (Caputo, Bastos Advogados) e Laura Schertel Ferreira Mendes, professora do IDP e filha do ministro Gilmar Mendes. Esta é terceira edição do ranking feito pela Análise

Editorial, que utilizou dados coletados entre junho e setembro de 2022.

Selo Mão Amiga para empresas

A Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa aprovou o projeto de lei, de autoria da deputada Paula Belmonte (Cidadania), que cria o selo "Mão Amiga", certificado que será oferecido para empresas que contratarem jovens que já prestaram o serviço militar obrigatório.

"O objetivo do projeto é estimular o empreendedorismo e o setor produtivo, a partir da inserção dos egressos das Forças Armadas no mercado de trabalho. Na proposta, os estabelecimentos certificados serão beneficiados por programas fiscais específicos. Recebi a demanda de famílias de jovens mais vulneráveis que fizeram o serviço militar e depois saíram sem perspectivas" , explica a parlamentar.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/14/all.pdf>

Governo precisa melhorar engrenagem política, afirma Lira

Victoria Azevedo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (13) que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa "melhorar a sua engrenagem política" para conseguir a votação de temas econômicos, caso do novo arcabouço fiscal.

"O governo precisa, sim, melhorar a sua engrenagem política. Fazer com que as coisas andem, para que a sua base esteja azeitada não só para a votação simplesmente do arcabouço, mas para os temas posteriores que serão necessários para a manutenção de um arcabouço que atenda as demandas necessárias de crescimento do nosso país, que atenda as necessidades de uma votação da **reforma tributária** que todo mundo quer, mas que quando chegar vai dar muito trabalho para costurar", afirmou Lira em entrevista à GloboNews.

O parlamentar afirmou ainda que há uma expectativa que o texto do arcabouço chegue à Câmara ainda nesta semana -e disse que trabalha com um prazo de 15 dias, após a chegada dele ao parlamento, para votar a matéria no plenário da Casa.

Em seguida, disse que pretende votar a **reforma tributária** ainda no primeiro semestre. "Estamos esperançosos de votar a **reforma tributária** possível. Ou uma mais ampla com um prazo maior de validade, com um delay de atuação mais longo, com transição, ou uma possível com efeito mais imediato."

Ele ainda destacou a atuação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com disposição de diálogo com os parlamentares.

Lira também afirmou que o recém-formado bloco na Câmara com 173 deputados não foi criado para fazer oposição ou chantagem ao Executivo. "Não é para fazer oposição ao governo, não é para fazer chantagem. A Câmara não tem criado qualquer dificuldade para o governo."

O presidente ressaltou que ele é "cumpridor de acordos" e que poderia ter ganhado sua reeleição sem a ajuda do PT.

"Mas eu aceitei o apoio do PT. Não farei nenhum movimento para atrapalhar a governabilidade do meu

país. Sou parceiro para ajudar os projetos importantes para o país. Estamos apoiando o arcabouço fiscal, estamos ao lado do ministro Haddad, conversando diariamente com o secretário-executivo [Gabriel] Galípolo. O que é questionado dentro do partido do governo, não nos partidos aliados."

O parlamentar conseguiu atrair partidos de centro, de direita e da base do governo para formar um bloco com 173 deputados -tornando-se a maior força da Casa.

O grupo é formado por PP, União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além das legendas de esquerda PDT e PSB. A aliança foi oficializada na quarta (12).

Na entrevista nesta quinta, o presidente da Casa negou que esse movimento foi uma reação à criação anterior de um bloco que rachou o centrão e uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC, com 142 parlamentares -e que reduziu o poder de Lira.

Disse ainda que esse movimento é para tratar de questões internas da Casa e não tem relações com a disputa de sua sucessão na presidência da Casa em 2025.

"O nome que for posto agora, ele está morto em dois meses. Não é inteligente, conveniente nem é sábio fazer esse tipo de alegação, porque vai fritar nomes importantes no cenário político."

Lira também tratou do impasse entre as duas Casas sobre o rito de tramitação das medidas provisórias e afirmou que há um entendimento do governo de passar a enviar projetos de lei com urgência constitucional ao Congresso.

"Vamos cumprir o rito constitucional nas MPs que se adequem ao que a Constituição preconiza: urgência, relevância e importância. As outras que não contiverem isso, o governo já tem esse entendimento, que não é nada de adversidade da Câmara nem do Legislativo, que as questões podem ser resolvidas com PL de urgência constitucional."

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246&maxTouch=0&_ga=2.153559800.154012437.16811

89877-1380897342.1635735907

Desoneração da folha deve ser prorrogada até reforma sair, diz Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta quinta-feira (13) que a desoneração da folha de pagamento que beneficia atualmente 17 setores da economia deve ser mantida em vigor até que o país aprove uma reforma da tributação do emprego.

Segundo Tebet, essa seria a terceira etapa da **reforma tributária** do governo, que começará lidando com a taxa de consumo e, depois, da renda.

"Acredito que, enquanto a reforma sobre o emprego não vier, não vai haver reoneração desses 17 setores que estão desonerados em relação à folha em razão da quantidade de empregos que geram", disse Tebet durante evento promovido pela Prefeitura de Araraquara (SP).

"Por tudo o que eu conheço, haveria uma prorrogação até a reforma sobre o trabalho acontecer no Brasil", acrescentou a ministra, ressaltando que a decisão dependerá também do Ministério da Fazenda e da Casa Civil.

|

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246&maxTouch=0&_ga=2.153559800.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Haddad diz não contar com saída de Campos Neto do BC

RENAN MONTEIRO E MARCELO NINIO*
economia@oglobo.com.br

BRASÍLIA E XANGAI O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que não considera a possibilidade de destituição de Roberto Campos Neto do cargo de presidente do Banco Central - que tem mandato até dezembro de 2024. A saída antecipada do chefe da autarquia é uma demanda reforçada por aliados da ala política do governo.

Haddad alegou, contudo, que o cenário econômico brasileiro é favorável para o começo da trajetória de queda na taxa básica de juros (Selic) - atualmente em 13,75%, desde agosto de 2022. Até o momento, o Banco Central não sinaliza para eventual redução no curto prazo.

Em entrevista a jornalistas na China, Haddad argumenta que o Brasil não registrou crescimento nos últimos dez anos. No momento, a escassez e o aumento do custo do crédito estariam dificultando o desempenho econômico do país, segundo ele: -Não (se conta com a saída antecipada de Campos Neto). Eu conto com a baixa dos juros. Agora, quero crer, o Banco Central tem uma janela de oportunidade, que eu espero que seja aproveitada, para que o Brasil possa pensar em crescimento econômico sustentável. Tudo está convergindo para o que eu chamo de harmonizar o fiscal com o monetário.

Para Haddad, está havendo uma "estabilização de variáveis", como a queda do nível da **inflação** e a valorização do real. O ministro também falou sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo governo, como a estruturação da **reforma tributária**, e seu eventual impacto positivo na economia brasileira. Nesse contexto, segundo ele, estaria a "janela de oportunidades" à redução dos juros: - Economistas de várias escolas estão se manifestando e dizem "olha, chegou o momento de iniciarmos uma trajetória de queda (dos juros) consistente com o que o Brasil atingiu e necessária, por outro lado, porque o mercado de capitais está travado, aguardando as medidas da autoridade monetária - disse o ministro, que cita os juros elevados como "inviabilizador de muitos investimentos" e dificultador "da vida" do empresariado brasileiro.

Para ele, os economistas que argumentam a favor da

queda dos juros, independentemente da corrente ideológica que abraçam, querem "ajudar o Brasil a sair dessa armadilha de dez anos em que não se cresce".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Por uma reforma tributária saudável, solidária e sustentável (Artigo)



Carolina Mattar é formada em Relações Internacionais e coordenadora executiva do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). Katia Maia é socióloga e diretora executiva da Oxfam Brasil. Marcello Fragano Baird é cientista político e coordenador de advocacy na ACT Promoção da Saúde. Nathalie Beghin é economista do Colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Enquanto a **reforma tributária** volta ao centro da pauta em Brasília com a ascensão do novo governo, setores da sociedade civil unem esforços para que as discussões possam ir além da necessária simplificação do sistema tributário e levem em consideração o efeito da tributação sobre consumo, renda e patrimônio na qualidade de vida da população.

É notório que o impacto de atividades econômicas no meio ambiente recai diretamente na saúde da população, que depende em grande medida da água e do ar limpo, da produção de alimentos com real valor nutritivo e da preservação dos ecossistemas. Mas não basta gerar os incentivos adequados e corrigir as distorções atuais nos setores produtivos, para atender à demanda crescente e consciente por produtos saudáveis e sustentáveis. É preciso aumentar o poder de compra da população brasileira e fomentar o mercado interno com uma **reforma tributária** progressiva, capaz de reduzir desigualdades e, também, garantir o acesso das populações

empobrecidas aos bens e serviços essenciais para o bem-estar.

As atividades produtivas, se capazes de gerar os chamados "empregos verdes", também atenderão ao anseio de jovens, fazendo do atual "bônus demográfico" do país, um ciclo virtuoso de transição da economia brasileira para a economia do futuro, uma economia de baixo carbono.

O manifesto por uma **Reforma Tributária 3S** - Saudável, Solidária e Sustentável, lançado na Câmara dos Deputados no dia 28 de março com a adesão de mais de 70 instituições, apresenta proposições para desestimular o consumo e a produção de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente e estabelecer um sistema progressivo de **impostos** sobre renda e patrimônio. As recomendações se sustentam na observação de experiências internacionais exitosas e poderiam ajudar a recolocar o país na rota do desenvolvimento, contribuindo para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Entre as propostas apresentadas, destacamos, na área de saúde, a criação de um tributo federal específico sobre produtos nocivos, como tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados, a exemplo de refrigerantes, bolachas recheadas e macarrão instantâneo. No caso da alimentação, é preciso garantir não apenas o desestímulo aos ultraprocessados, como o incentivo aos alimentos saudáveis, em consonância com o que preconiza o Guia Alimentar para a População Brasileira, de modo a ampliar a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis e sustentáveis para a população. Os recursos arrecadados com esses **tributos** de-veriam ser vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo uma nova fonte de receitas para um sistema que vem sendo cronicamente subfinanciado.

Um tributo federal sobre produtos nocivos à saúde traria nova fonte de receitas para o subfinanciado SUS. Uma **reforma tributária** solidária precisa corrigir injustiças sociais. Atualmente, o impacto da carga tributária acaba sendo maior sobre as pessoas empobrecidas, especialmente negras e mulheres. Para reverter a situação, precisamos reduzir a parcela de **tributos** que incide sobre consumo e as folhas de pagamento e ampliar os **impostos** sobre renda e

riqueza. Mesmo que não seja o foco da proposta atual, seria fundamental que pudéssemos avançar simultaneamente com uma proposta de caráter progressivo para combater as desigualdades.

Em relação à sustentabilidade da reforma, defendemos a inclusão da dimensão socioambiental no regime tributário, integrando os princípios da prevenção, do poluidor-pagador e do protetor-recebedor, bem como a adoção de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ecológico para estimular boas práticas em governança ambiental. Faz-se necessário também dispor de indicadores de biodiversidade, preservação de terras e territórios indígenas, comunidades quilombolas, unidades de conservação, saneamento, poluição e gestão de resíduos sólidos, assegurando tratamento diferenciado àqueles que contribuam com o clima e a sustentabilidade no Brasil com a criação de um Cadastro Nacional de Atividades Verdes - "CNAE Verde". A criação de um fundo de incentivo ao desenvolvimento regional para apoiar o combate às desigualdades sociais e regionais e a integração nacional por meio do fomento direto a atividades produtivas ou investimentos em infraestrutura econômica sustentáveis é indispensável.

Para garantir o funcionamento de um sistema tributário mais justo, saudável, solidário e sustentável, apoiamos, ainda, a revisão de incentivos fiscais a setores econômicos cujos produtos são nocivos à saúde e ao meio ambiente, bem como a criação de uma legislação específica que amplie a transparência, a efetividade e a eficácia dos benefícios fiscais concedidos ao setor empresarial.

Com esse manifesto, apresentamos ao governo e ao Legislativo propostas que acreditamos estar à altura de nossos maiores desafios. Esperamos contribuir para um projeto que valoriza a vida, a justiça social e o planeta, que chamamos de **Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável**.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Por uma **reforma tributária** saudável, solidária e sustentável

Análise: Lula é audacioso ao desdolarizar o comércio com a China

Luiz Carlos Azedo

Por que um banco como o Brics não pode ter uma moeda que pode financiar a relação comercial entre Brasil e China, entre Brasil e outros países do Brics? É difícil, porque tem gente mal-acostumada, porque todo mundo depende de uma única moeda. Eu acho que o século 21 pode mexer com a nossa cabeça e pode nos ajudar, quem sabe, a fazer as coisas diferentes, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, em Xangai, durante a cerimônia de posse da ex-presidente Dilma Rousseff no Novo Banco de Desenvolvimento, instituição dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Dilma merece um parêntesis. Está sendo reabilitada pelo presidente Lula, depois do ostracismo em que viveu após o seu impeachment e a derrota eleitoral em 2018, quando concorreu ao Senado por Minas Gerais. Como se sabe, a presidenta, como gostava de ser chamada, foi destituída do cargo pelo Congresso, por causa das chamadas pedaladas fiscais, depois de uma sucessão de erros na condução da economia e uma tumultuada relação com o Congresso, principalmente depois da eleição do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) à Presidência da Câmara.

A recessão, o desemprego e a onda de manifestações contra o governo a partir de 2013 não impediram a reeleição de Dilma em 2014, mas desaguaram no seu impeachment, em 2016. No julgamento pelo Senado, perdeu o mandato presidencial, mas manteve os direitos políticos. Após a derrota de 2018, Dilma foi escanteada pelo PT, no entanto voltou à cena política durante a campanha de Lula, que adotou a narrativa de que o impeachment fora um golpe de Estado.

Pode-se até considerá-lo um erro, pelo fato de o governo Michel **Temer**, que a sucedeu, ter desaguado na eleição de Jair Bolsonaro, porém, institucionalmente, Dilma foi apeada do poder num processo político legítimo, constitucional, cujo julgamento foi presidido pelo ministro Ricardo Lewandowski, que acaba de antecipar sua saída do Supremo Tribunal Federal (STF), que presidia à época. Ao adotar a narrativa do golpe, Lula resgata lealdade com Dilma; ao mesmo tempo, ao mandá-la para a China, descola a ex-presidente de sua administração. Tudo o que Lula não quer é ser comparado com a ex-presidente, principalmente

quando se fala da economia.

Entretanto, esse tipo de comparação vem sendo frequente, por causa da forma como Lula está tratando alguns temas econômicos, como as privatizações e a política de preços e investimentos da Petrobras. Na realidade, entretanto, há coisas alvissareiras, apesar das previsões niilistas. O termo foi cunhado em razão da obra de Friedrich Nietzsche. Significa negação, declínio ou recusa de crenças e convicções, e seus respectivos valores morais, estéticos ou políticos, que ofereçam um sentido positivo para a vida.

Poder de troca

Os números recentes da economia surpreendem. A **inflação** está caindo nos Estados Unidos e no Brasil. O IPCA ficou abaixo de 5% no acumulado de 12 meses, apesar do imposto sobre a gasolina. Era quase 12% em junho do ano passado. O dólar, ontem, fechou em R\$ 4,92, o que tende a reduzir a taxa de **inflação** e, conseqüentemente, a taxa de juros, que hoje está em 13,75% (Selic). Mantida essa tendência, o pior já passou. Com a aprovação do novo arcabouço fiscal, que foi bem recebido pelo mercado, e da **reforma tributária**, cujo impacto no **PIB** pode chegar a 10%, o governo Lula 3 poderá realmente mostrar a que veio.

Lula deve se encontrar ainda hoje com o presidente Xi Jinping. É possível que anunciem a desdolarização do comércio com a China e demais integrantes dos Brics. Não é uma proposta que agrade aos Estados Unidos, por motivos óbvios, mas ela pode ocorrer sem ruptura da institucionalidade do sistema financeiro mundial. Como? Graças ao banco presidido por Dilma Rousseff, que pode adotar um sistema de compensação para o comércio entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul lastreado no yuan chinês. Para se ter uma ideia do impacto dessa mudança, R\$ 1 equivalente a Y\$ 1,39.

No discurso de Xangai, Lula hipotecou solidariedade à Argentina, que aderiu à Rota da Seda, mas desistiu de desdolarizar o comércio com a China, depois das pressões dos Estados Unidos. O país vizinho está falido, cometeu muitos erros na condução de sua economia, tendo esgotado sua capacidade de negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no acordo firmado em 2018, o 21º com a

instituição. A dívida argentina é de US\$ 366 bilhões, dos quais US\$ 170 bilhões (ou 46,4% do total) em moeda estrangeira. Não à toa R\$ 1 equivale a PA\$ 43,55. A cartada de Lula é incluir a Argentina nos Brics e revitalizar o Mercosul, cujo mercado é vital para as nossas indústrias.

A disputa comercial entre os Estados Unidos e a China abre a possibilidade de o Brasil atrair investimentos desses dois países e da União Europeia, porque as cadeias de produção globais começam uma parcial regionalização. Ao mesmo tempo, a institucionalidade financeira e comercial do Ocidente está sendo utilizada contra Rússia, o que acaba fortalecendo o yuan como moeda com poder de troca no chamado Sul Austral . A manobra do Brasil, ao desdolarizar o comércio com a China, é arriscada, mas não carece do sentido de oportunidade. Tudo dependerá dos termos institucionais em que isso ocorrer.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5087307-analise-lula-e-audacioso-ao-desdolarizar-o-comercio-com-a-china.html>

Políticas e Justiça

Michael França

Perfil do blogueiro

Espaço com opiniões de gestores e acadêmicos que se debruçam a estudar questões sociais

Link externo, abre o Twitter do blog

Nesta entrevista, a economista Elena Landau apresenta sua avaliação do atual governo, discute algumas políticas públicas implementadas e traz um pouco do seu posicionamento em relação à diversidade e inclusão no país.

Elena, o que mais te orgulha em ser brasileira? É uma pergunta muito difícil de responder, porque uma coisa é o amor que eu tenho pelo meu país, que é separado do sentimento de orgulho. Eu tenho paixão pelo Brasil, por isso eu me envolvo em economia, em política, em políticas públicas. Mas orgulho, nesse momento, eu não consigo ter. Nós sempre falamos do Brasil pela ótica da cultura, da miscigenação, da natureza, da gentileza do povo e, neste momento, o que temos é uma depreciação da cultura brasileira, pouca ênfase na questão educacional, a natureza deixada de lado, a polarização da política, o excesso de violência - que tem deixado o brasileiro pouco cordial. Então para mim, não existe neste momento, motivo para ser orgulhosa. Fora isso, temos um quadro persistente de desigualdade estrutural, uma falta de mobilidade social, pouca ênfase na infância, tudo isso me deixa muito preocupada. Então eu continuo apaixonada pelo Brasil e tenho esperança de recuperar o orgulho.

O que mais te entristece em nosso país? O que me deixa muito triste no Brasil é a gente cair nessa armadilha da polarização entre bolsonaristas e petistas, direita e esquerda. E nessa toada vemos mudanças radicais de políticas econômicas a cada governo, abandono de políticas públicas que dão certo porque ideologicamente foi um outro presidente que fez. Tudo isso mantém os níveis de desigualdade muito alto, com pouca ênfase na educação e com dificuldade de criar uma sociedade realmente inclusiva e diversa. Então, como superar esses impasses da polarização para que a gente consiga construir um país mais estável institucionalmente, mais diverso, mais inclusivo, mais social, mais justo, com maiores igualdades de oportunidade? O que me entristece é esse monte de oportunidade que o Brasil tem, mas não consegue aproveitar. A questão ambiental é muito evidente neste aspecto. Poderíamos estar no centro da discussão de transição energética e economia verde, mas a imagem do Brasil por anos foi a pior possível. Mas é uma área que se bem conduzida pode

dar uma guinada rápida.

Como você avalia o atual governo? Onde precisa melhorar? Tem algo que você considera como positivo nesses meses iniciais? Eu acho que o atual governo está muito aquém das expectativas. Eu não esperava um grande avanço nas políticas públicas, por outro lado, esperava uma mudança na orientação da política econômica. Mas o que estamos vendo é uma paralisação de um governo que já completou 100 dias no poder e se propôs a poucas iniciativas. As iniciativas que o governo está tomando são para desmontar reformas institucionais que deram certo, como a lei das estatais, ou ainda o marco do saneamento, que tem um impacto social enorme e que está sendo reformulado para que possa acomodar de novo o interesse de empresas estaduais/estatais que não têm competência financeira para fazer o saneamento. Os antigos projetos foram recuperados sem incorporar as avaliações sobre a qualidade da política e sua eficiência: falo do Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família. O Minha Casa, Minha Vida, do jeito que está só aumenta a segregação social, e o Bolsa Família pode fazer muito mais com os mesmos recursos.

Então o que podemos ver é uma questão política que passa à frente das necessidades sociais do Brasil. Mesmo na área da educação e do meio ambiente, não se vê nenhuma iniciativa concreta que não seja desmontar a herança da barbárie. Isso já é um grande avanço, mas não é suficiente. O positivo nesses meses iniciais é o afastamento do próprio Bolsonaro e a interrupção das políticas de destruição, como aconteceu na área da cultura, como aconteceu na área da educação e no meio ambiente. Mas eu espero uma agenda mais positiva, mais proativa e que o governo desista de desmontar coisas que funcionaram no passado - como ignorar a necessidade de equilíbrio fiscal - para que a gente possa de fato cumprir com a responsabilidade social que o Brasil precisa.

Em relação aos desafios sociais, quais seriam as políticas públicas que precisariam avançar? Acho que nosso maior desafio social é a questão da desigualdade e da mobilidade social. Então as políticas públicas que precisariam avançar são aquelas que permitem maior igualdade de oportunidade. O Brasil tem várias ideias nessa área, eu acho que falta uma boa avaliação de política pública para que a gente possa reproduzir aquilo que já deu certo, ao invés de a cada governo tentar inventar a roda.

Eu acredito que o principal desafio hoje é uma atuação em relação a primeira infância. O Brasil gasta muito com idoso, por conta do nosso sistema de previdência, e relativamente pouco com crianças. Gastar com crianças significa investir em políticas transversais, políticas de ação na violência doméstica, no saneamento, na nutrição, na saúde, no médico da família, para que esse cidadão que está começando sua vida possa fazer uma mudança na sociedade do futuro e, com isso, diminuir o fosso que existe entre classes sociais. Sem igualdade de oportunidade, nós não vamos conseguir que nenhuma política pública tenha o efeito duradouro que gostaríamos que tivesse. Não há meritocracia possível com um ponto de partida tão desigual.

A literatura empírica recente tem destacado os limites da educação na promoção de maior igualdade de oportunidades. O capital social e a discriminação, por exemplo, têm um papel não desprezível nos resultados alcançados na vida das pessoas. Nesse contexto, como gerar maior integração em uma sociedade segregada? Eu acho que a educação é um ponto de partida, e a educação, como eu falei, vem desde a primeira infância. Uma educação que permita acesso de igualdade entre classes e assim vamos interrompendo o padrão de reprodução de uma sociedade marginalizada. Sabemos que, casas onde a escolaridade dos pais é melhor, maior a capacidade de mobilidade.

Precisamos ter uma sociedade mais diversa e inclusiva, porque essa integração com meios diferentes, com diferente acesso à cultura, são muitos produtos que uma determinada população tem e a outra não tem, aprofunda o fosso, como bem mostrou a pandemia. Precisa aumentar contato social, a troca de experiências, o acesso a contatos sociais que ajudam no mercado de trabalho, tudo isso facilita e melhora a capacidade de mobilidade. Eu acho que isso passa muito por uma questão de economia urbana, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida. Não adianta reproduzir os problemas do passado: casas isoladas, longe de serviços públicos, falta de acesso ao mercado de trabalho e pessoas de uma classe de renda segregada em seu próprio espaço físico. Apesar de tudo, eu vejo isso com otimismo porque há um interesse crescente na discussão sobre integração urbana.

Até onde você acha que vai a responsabilidade individual e a coletiva nos resultados atingidos pelos brasileiros? Eu acho que a responsabilidade individual e coletiva é enorme, porque o brasileiro precisa atuar mais na demanda de questões que não sejam só de lobby. O brasileiro precisa entender que se um dia tivermos uma sociedade menos desequilibrada socialmente, mais diversa, mais justa e mais

sustentável do ponto de vista ambiental, todos ganham na qualidade da economia.

Mas fora da economia, há a questão institucional também. As pessoas defendem mudanças institucionais desde que não mexam com o que se ganha, é o que acontece por exemplo com a **reforma tributária**. Essa reforma é fundamental para que exista um sistema mais simples e menos regressivo, mas determinados setores que pagam menos **impostos** -e que sabem que pagam muito abaixo da média- não querem mexer nos seus **impostos**, mas querem uma **reforma tributária** que simplifique a vida deles. Então há uma responsabilidade de todos. Quando falamos do marco de saneamento também: nós estamos deixando o marco do saneamento ser mudado por interesses paroquiais e a sociedade se mobiliza muito pouco para defender o ganho que aconteceu agora com o aumento expressivo do investimento privado e beneficia diretamente a população de baixa renda. O que eu vejo é que no dia a dia brasileiro, as pessoas estão cada vez menos interessadas em atuar na sociedade como um todo. É como se o brasileiro tivesse perdido aquela qualidade da solidariedade, eu não sei se isso vem da polarização política, ou se a polarização política começa pelos partidos e atinge os indivíduos, mas, de qualquer forma, é algo que precisamos interromper.

Como você avalia a política de cotas no ensino superior? De início, como uma liberal de carteirinha que sou, eu fui contra a política de cotas. Eu achava que precisávamos trabalhar na base, como eu falei, com a primeira infância, com a educação, para que não precisássemos de uma política de cotas que tenta minimizar os efeitos de uma entrada no sistema desequilibrada, tanto do ponto de vista racial como econômica. Mas eu mudei de ideia, eu sou a favor da política de cotas porque até as políticas na base fazerem efeito, mais gerações serão perdidas. Acho que ela teve um grande resultado, o problema é que ela não dá conta de tudo e não se pode abandonar as políticas na base, na entrada do sistema.

Você garante a entrada no ensino superior, mas tem um problema de acompanhamento e de sustentação dessas pessoas que não têm recursos para se dedicar apenas ao estudo. A questão do material didático, por exemplo, que às vezes é caríssimo, como é o caso de cursos como medicina. No setor público, você percebe que a participação de pessoas negras é pequena porque eles não têm condição financeira para ficar dois anos estudando para concurso. As estatísticas também mostram que a participação de negros é maior em faculdades onde o mercado de trabalho tem menos interesse. Então quando essas pessoas saem do ensino superior, nem sempre elas conseguem levar esse avanço que conseguiram nas cotas para o resto

da vida. Eu acredito que elas precisam de um complemento para garantir de fato a eficácia da política de cotas, tanto com políticas públicas como com iniciativas privadas.

Acha que deveríamos expandi-la? Por exemplo, para pós-graduação e para o corpo docente das universidades? Eu não sou a favor de cotas para pós-graduação, nem para corpo docente. Eu sou a favor de que primeiro a gente consolide uma qualidade na política de cotas no ensino superior, para que de fato, pelos motivos que eu falei acima, as cotas no ensino superior tenham mais eficiência. A pós-graduação já é uma consequência natural da qualidade de uma política de cotas e o corpo docente também. Se a gente não atuar para melhorar a eficácia da política de cotas, criaremos cotas em todas as etapas da grade de educação, mas não vai resolver o problema estrutural básico.

Você atua em um meio que é predominantemente masculino. Isso te afetou de alguma maneira? Sente falta de maior diversidade nos lugares que frequenta? Olha, eu frequentei um meio predominantemente masculino, mas eu nunca tive problemas. Eu não sei se é por conta da minha personalidade, talvez porque eu fui criada numa família com três irmãos homens, mas não me afetou muito ser uma minoria em espaços majoritariamente ocupados por homens. E mesmo quando sofria algum tipo de discriminação, na maioria das vezes na forma de piadinhas, eu tinha condições socioeconômicas, aliada à minha personalidade, para reagir. Tanto que já aconteceu de eu recusar falar no Dia Internacional da Mulher porque eu achava que eu não tinha motivos, que não representava um grupo de mulheres efetivamente excluída do mercado de trabalho ou de fato discriminada na ascensão profissional. Sempre achei melhor dar espaço para pessoas que realmente precisavam de voz no Dia Internacional da Mulher, porque na minha geração a gente era contra a data, nosso discurso era de que não queríamos diferença de tratamento entre homens e mulheres. Hoje eu mudei de ideia, hoje eu acredito que precisamos de dias simbólicos como esse porque são nesses dias que a falamos dos problemas enfrentados pela mulher no mercado de trabalho, na violência doméstica, na cultura patriarcal brasileira, onde a divisão das tarefas é bastante desigual.

Nos lugares que eu frequento tem pouca diversidade, não por falta de oferta, eu sou de alguns conselhos e conheço nas áreas que eu trabalho de energia elétrica e infraestrutura, há enorme oferta de mulheres da maior competência. A possibilidade de diversidade é enorme, a oferta existe. O que eu acho é que há uma reprodução permanente de um preconceito de estereótipos femininos, que a gente precisa romper com isso.

Esse talvez seja o momento mais importante da entrevista: gostaria de saber um pouco mais sobre seu gosto musical. Existe alguma música que está mexendo contigo atualmente? Você tem algum estilo de música preferido? Meu gosto musical é completamente eclético, eu sou completamente apaixonada por música clássica, eu viajo para ouvir música clássica, assino canais de músicas, mas eu também adoro os clássicos americanos, eu não resisto a ouvir Frank Sinatra, Ella Fitzgerald, adoro música brasileira. Nesse ano eu tive a oportunidade de ir ao show do Chico Buarque mais de uma vez, é um presente que ele deixa para todos nós, neste momento. Eu não tenho um estilo de música preferido, eu vou da bossa nova ao rock. Mas eu acho que se eu tiver que escolher, o que realmente mexe comigo seria a música erudita.

Por fim, gostaria de deixar alguma mensagem de esperança para os nossos leitores? Olha eu sou uma pessoa extremamente pessimista no momento, mas eu sou movida a esperança. Eu acho que o Brasil é fácil de ajustar. Já vimos várias vezes como somos capazes de sair de crises. A gente viu um governo acabar com a hiperinflação no Brasil, a gente viu um governo sem nenhuma credibilidade política, sem nenhum apoio, como o governo do **Temer**, ajustar a economia. O que falta fazer são mudanças estruturais na questão da produtividade, da inclusão, da diversidade, da mobilidade social e na agenda ambiental. Mas eu acho que isso está mudando, as pessoas estão mais conscientes dessa necessidade. Eu espero que após esse momento de paralisia do governo anterior, esses problemas estruturais sejam endereçados pelo governo atual e que a gente comece a pensar em um Brasil de longo prazo. Porque com uma boa qualidade de condução, a gente coloca esse país no futuro que ele merece.

O editor, Michael França, pede para que cada participante do espaço "Políticas e Justiça" da Folha sugira uma música aos leitores. Nesse texto, a escolhida por Elena Landau foi "Clube da Esquina nº 2", de "Milton Nascimento".

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/politicas-e-justica/2023/04/elena-landau-diz-que-maior-desafio-hoje-e-combater-a-questao-da-desigualdade-social.shtml>

Reforma tributária permitirá exigir que sites estrangeiros se registrem e só vendam recolhendo imposto, diz secretário da Fazenda

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou nesta sexta-feira (14) que a eventual aprovação de uma **reforma tributária** sobre o consumo pelo Congresso Nacional resolveria de forma estrutural o problema de sonegação de **impostos** verificada nas vendas de sites estrangeiros para o Brasil.

De acordo com as propostas discutidas no Congresso Nacional, seria instituído um tributo nos moldes de um imposto sobre valor agregado (IVA), existente nas economias mais desenvolvidas, que substituiria cinco **tributos**: PIS, Cofins e IPI federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal. Também haveria um imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Em evento promovido pela Ponteio Política, Appy afirmou que, enquanto esse assunto não é tratado de forma estrutural ou seja, duradoura, por meio da **reforma tributária**, o governo está adotando medidas conjunturais (relativas ao momento atual) por meio do fim da isenção das remessas de pessoas físicas para pessoas físicas com limite de até US\$ 50,00.

Isso já estaria sendo endereçado estruturalmente na **reforma tributária**. Mas já tem medidas de curto prazo sendo endereçadas agora por conta dos desequilíbrios competitivos por conta de operações sendo feitas fora do escopo da legislação, afirmou o secretário.

Appy afirmou, também, acreditar que a **reforma tributária** sobre o consumo será aprovada ainda neste ano no Congresso Nacional. Em sua visão, há uma conjunção de prioridades entre a Câmara, o Senado, o governo e estados e municípios que cria um ambiente favorável à sua aprovação.

O secretário Bernard Appy disse, também, que o Executivo está discutindo com o governo do Amazonas uma transição suave para um novo modelo

a ser instituído na Zona Franca de Manaus (ZFM) que garanta, no mínimo, tanta geração de emprego e renda, mas que seja mais eficiente que o modelo atual

Segundo ele, o objetivo é fazer essa transição com tranquilidade, ou seja, que não aconteça de forma abrupta para não prejudicar as empresas instaladas na região.

Não tem nenhum acordo fechado, mas quando for fechado vai ser levado à instância política. A ideia é de, em um prazo razoável, mas mais longo que a transição da reforma tributária, migrar para um modelo mais eficiente de geração de emprego e renda na região, focando em vocações regionais, declarou. Appy não deu mais detalhes.

Nesta quarta-feira, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, afirmou que é preciso respeitar contratos e, por isso, defendeu a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2073.

Criada em 1967, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia. Para 2023, a estimativa da Secretaria da **Receita Federal**, é de que a renúncia de arrecadação (valores que deixarão de entrar nos cofres do governo) com a Zona Franca seja de R\$ 30,3 bilhões.

Levantamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), feito em dezembro de 2021, aponta que são 100.047 postos de trabalho entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos somam 500 mil.

Em outubro do ano passado, Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, uma associação civil sem fins econômicos que busca qualificar o debate sobre sustentabilidade, avaliou que a ZFM precisa se dinamizar e se renovar, pois há desafios que fazem

com que ela gere menos empregos como, por exemplo, a robotização dos processos produtivos.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/14/reforma-tributaria-permitira-exigir-que-sites-estrangeiros-se-registrem-e-so-vendam-recolhendo-imposto-diz-secretario-da-fazenda.ghtml>

Tebet diz que LDO será baseada no teto de gastos e vai 'assustar'

Por Raphael Martins, g1

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse nesta sexta-feira (14) que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi feita com base na atual regra fiscal do Brasil, o teto de gastos, e será publicada hoje no Diário Oficial da União.

Tebet afirma que, apesar da apresentação do novo arcabouço fiscal, o texto da LDO precisa ser enviado com a regra fiscal vigente. A ministra afirma que, dentro das diretrizes do teto de gastos, foi necessário quase zerar as despesas discricionárias do país - aquelas que o governo pode manejar e deixar de fazer.

"A LDO vai mostrar o Brasil real e, sim, vai assustar. Não tem espaço fiscal para nada de novo", disse Tebet.

Segundo ela, haverá condicionantes, com números atualizados, caso a proposta de regra fiscal do novo governo seja aprovada pelo Congresso Nacional. O arcabouço ainda será enviado para avaliação de deputados e senadores, mas o governo espera aprová-lo ainda no primeiro semestre.

"Isso mostra que o teto de gastos - de tanto que foi furado e não ter vindo acompanhado pela **reforma tributária** -, ele ruiu", disse a ministra.

"São R\$ 170 bilhões para o poder Executivo atender a todo o Brasil. Com o teto de gastos, sobra um valor muito modesto."

Se aprovada pelo Congresso, a nova regra para as contas públicas vai substituir o teto de gastos em vigor desde 2017 como novo parâmetro para limitar os gastos do governo. Atualmente, o governo só pode corrigir as despesas com base na **inflação** do período.

Já a nova proposta prevê que, a cada ano, o crescimento máximo dos gastos públicos seja de 70% do crescimento da receita primária (ou seja, da arrecadação do governo com **impostos** e transferências).

Há, ainda, um segundo limite: o governo terá que respeitar um intervalo fixo para o crescimento real das despesas, com variação mínima de 0,6% e máxima de

2,5% de crescimento real (ou seja, desconsiderada a **inflação**). Essa "garantia de aumento" é o que viabilizaria as despesas para o próximo ano.

Tebet diz que a LDO também virá com estimativa do novo salário mínimo, mas não adiantou números. A ministra afirmou que uma reunião entre o Ministério do Planejamento, Fazenda e Casa Civil acontece nesta manhã para arredondar os números.

Reforma tributária

A ministra foi questionada pelos jornalistas sobre a desoneração da folha de pagamento de determinados setores da economia, que dependem do benefício para manter empregos. Ela comentou que a desoneração pode ser prorrogada para o ano que vem apenas em caso de atraso na aprovação da **reforma tributária** - ainda que ela acredite que será possível aprová-la ainda neste ano.

Tebet diz que o governo firmou posição de que os meandros da **reforma tributária** serão decididos pelo Congresso, mas que não podem abrir mão de dois pilares: a unificação de **impostos** para simplificar e evitar cumulatividade e regressividade do sistema, e que a tributação seja feita no destino em vez de realizado na origem.

"Com base nessa tese, vamos diminuir a carga do setor empresarial. Não há crescimento duradouro sem uma indústria forte", disse.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/14/tebet-diz-que-ldo-sera-baseada-no-teto-de-gastos-e-vai-assustar.ghtml>

E-commerce: Appy diz que reforma tributária resolve 'estruturalmente' problema da evasão fiscal

Por Renan Monteiro - Brasília

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou nesta sexta-feira que a **reforma tributária** estruturada pelo governo e pelo Legislativo vai solucionar irregularidade no comércio eletrônico.

- A **reforma tributária** já estaria resolvendo estruturalmente o problema, na medida em que todos os países do mundo que tem IVA, tem feito é exigir que sites que querem vender no país precisam se registrar como contribuintes e só vende no país se tiver recolhido o IVA em condições de equivalência com a tributação doméstica - diz.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/e-commerce-appy-diz-que-reforma-tributaria-resolve-estruturalmente-problema-da-evasao-fiscal.ghtml>

Discussões, palavrões e 'superblocos': o tumultuado início de ano na Câmara dos Deputados

Na terça-feira, uma confusão de grandes proporções durante uma sessão da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados levou à saída antecipada do ministro da Justiça, Flávio Dino, que havia sido convocado previamente. Durante sua rápida permanência na sala, Dino (e todos que acompanhavam) presenciou trocas de palavras ríspidas, e que segundo alguns vídeos nas redes sociais incluíram até palavrões. Em um determinado momento, a Polícia Legislativa precisou agir para acalmar os ânimos.

As cenas, que poderiam estar presentes em alguma obra de ficção, não foram isoladas, e se inserem em uma espécie de novo contexto na Câmara, com o decoro parlamentar sendo por vezes deixado de lado e substituído por discursos polêmicos e os constantes embates diante das câmeras. Acusações de transfobia e assédio sexual já foram apresentadas por governistas e opositoristas.

Enquanto isso, o plenário da Câmara segue em compasso de espera para as aguardadas primeiras votações do governo Lula, como a do novo arcabouço fiscal, da **reforma tributária** e sobre mudanças no marco do saneamento, na qual o Planalto teme sair derrotado. Ao mesmo tempo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a formação do maior bloco da Casa, com mais de 170 deputados - em entrevista à GloboNews, Lira disse que seu objetivo não é "chantagear" o governo.

No episódio de sexta-feira do Ao Ponto, o colunista do GLOBO Bernardo Mello Franco fala sobre esse novo cenário "extremo" na Câmara dos Deputados, e detalha as dificuldades que estão pela frente para o governo Lula aprovar pautas importantes. O repórter Lauriberto Pompeu, da sucursal de Brasília, conta os bastidores da articulação de Lira para manter e ampliar seu poder na Casa.

Publicado de segunda a sexta-feira, às 6h, nas principais plataformas de podcast e no site do GLOBO, o Ao Ponto é apresentado pelos jornalistas Carolina Morand e Filipe Barini, sempre abordando acontecimentos relevantes da atualidade. O episódio também pode ser ouvido na página de Podcasts do

GLOBO. Você pode seguir a gente em plataformas como Spotify, iTunes, Deezer e na Globoplay.

Site:

<https://oglobo.globo.com/podcast/noticia/2023/04/discussoes-palavroes-e-superblocos-o-tumultuado-inicio-de-ano-na-camara-dos-deputados.ghtml>

A alegria do menino da favela

Durante uma conversa com repórteres nesta quinta-feira, já na China, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, brincou:

- O único portal que conheço é a Amazon, porque compro todo dia um livro pelo menos.

Estava explicando que nunca ouvira falar da Shein, uma das plataformas de e-commerce chinesas que serão fiscalizadas com mais rigor pela **Receita Federal**. A frase do ministro explica muito.

Haddad pode não ter ideia do que é a Shein, mas a classe média baixa brasileira a conhece muito bem. Ela, a também chinesa Aliexpress e a Shopee, de Cingapura. Estas três varejistas entraram no cotidiano do país durante a pandemia, pouco depois de o dólar disparar. No início da década passada, era factível comprar em lojas como Amazon e importar produtos que não há por aqui sem ter de viajar para o exterior. Claro, havia o imposto alto - 60% é muito -, mas o real tinha força. Pós-Dilma e Bolsonaro, não tem mais.

As duas chinesas e a cingapurense resolveram isso. A produção industrial do Oriente é vasta e os preços muito baixos. Dá para comprar tênis coloridos a menos de R\$ 100, roupa de toda sorte a menos de R\$ 50, celulares reluzentes que não existem no mercado daqui por uma fração do preço. No momento em que o Brasil estava indo em peso para o e-commerce por causa da pandemia, o país descobriu as três lojas e as adotou como suas. As periferias das grandes cidades, em particular, se encheram de produtos de consumo como não viam desde os tempos de Lula 1 para 2.

Pois é - o preço chinês cabe na carteira, principalmente, da classe média baixa. Haddad pode se dar ao luxo de não conhecer as lojas por isso. A diferença é para quem vê distância intransponível entre R\$ 100 e R\$ 500 na hora de comprar um tênis.

Isso não quer dizer que a decisão esteja incorreta - não está. O ministério está certo. Não podem as lojas brasileiras pagar um tipo de imposto e as asiáticas ter isenção porque driblam a **Receita Federal**. Até porque o Estado precisa fazer caixa. Só que, ao mesmo tempo, as chinesas revelam ao brasileiro médio algo que ele em geral não percebe. O Brasil é um país muito caro. O brasileiro paga mais que o europeu ou o americano por seu celular, por seu computador, por seu tênis, por sua camiseta... É mais pobre e, no entanto, paga mais.

A **reforma tributária** poderá sanar um quê disso, mas não resolverá o celular e o tênis. A lógica política brasileira há mais de meio século pende para a ideia de tributar muito o que vem de fora, na esperança de que a indústria local se torne competitiva com políticas que nunca funcionam. O resultado prático é que o rico tem direito a consumir e, o pobre que se lasque.

Que o governo não se engane: a medida é correta, porém antipática. E pune, em particular, o brasileiro da periferia urbana, justamente aquele eleitor que pendeu entre Bolsonaro e Lula. Justamente aquelas eleitoras que votaram em Lula duas vezes, em Dilma outras duas, migraram para Bolsonaro em 2018, mas, com olho na economia, voltaram para Lula no ano passado. Esse núcleo, as mulheres da periferia, é o eleitorado que garantiu a eleição do presidente.

Por isso mesmo a comunicação deveria ter sido muito mais cuidadosa do que foi. Pareceu que haveria imposto novo - não é o caso. De dentro do avião, a primeira-dama Janja Lula da Silva disparou um tuíte confuso fazendo parecer que não haveria mudança. Havia. O secretário executivo Gabriel Galípolo está dando entrevistas desde então para explicar direito o que acontece. E ele explica muito bem.

A medida é correta. Mas o governo parece alienado. Não se tocou de que mexia com o tênis que é a alegria do menino da favela.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
A alegria do menino da favela
O GLOBO - RJ
A alegria do menino da favela

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/pedro-doria/coluna/2023/04/a-alegria-do-menino-da-favela.ghtml>

Governo deve manter desoneração da folha até reforma dos impostos sobre os empregos, diz Tebet

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que o governo vai manter a desoneração na folha de pagamento de 17 setores da economia até que uma reforma sobre a tributação do emprego seja aprovada.

"Acredito que enquanto a reforma sobre o emprego não vier, não vai haver reoneração desses 17 setores que estão desonerados em relação à folha por conta da quantidade de empregos que geram", afirmou Tebet, ponderando que a decisão precisa ainda ser formalizada pelo Ministério da Fazenda.

Atualmente, 17 setores da economia têm direito à isenção na folha, permitindo que as empresas paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

O governo federal vem trabalhando em uma proposta de **reforma tributária** em etapas. A primeira parte, que deve ser votada pelo Congresso até abril, tem foco na mudança da tributação sobre o consumo, e a segunda, com expectativa de apresentada no segundo semestre deste ano, foca a mudança dos **impostos** sobre a renda.

Tebet declarou, durante um evento promovido pela prefeitura de Araraquara (SP), que esta nova etapa tem foco no emprego. "Nós precisamos de três reformas no Brasil. A mais difícil e complexa é essa que está aí. A segunda depende mais de uma lei complementar, que é o imposto sobre a renda, que mexe inclusive para que a gente possa chegar naquela isenção da tabela de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. A terceira etapa, que não significa que não possa caminhar junto, é a tributação sobre emprego", detalhou.

No Congresso, parlamentares articulam para garantir a desoneração permanente da folha de pagamento incorporada à proposta de **reforma tributária** que está

sendo construída pelo governo federal.

"Não é correto que se tributem salários e se encareça o que mais precisamos no Brasil, que é gerar os empregos. Há um consenso que esse imposto sobre o salário é um desincentivador para a geração de empregos", comentou o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/governo-deve-manter-desoneracao-da-folha-ate-reforma-dos-impostos-sobre-os-empregos-diz-tebet-14042023>

Na China, Haddad diz que Brasil não tem intenção de se afastar dos EUA

Do UOL, em São Paulo

Após jantar com o presidente chinês Xi Jinping, o ministro da Economia, Fernando Haddad, disse que o Brasil não tem intenção de se afastar dos Estados Unidos.

Não temos intenção de nos afastar de ninguém, ainda mais de um parceiro da qualidade dos Estados Unidos. Estamos fazendo um esforço de aproximação, queremos investimentos dos EUA no Brasil. Estamos vivendo um momento de desinvestimento, nos últimos anos, empresas americanas deixaram o Brasil, declarou o ministro durante entrevista coletiva em Pequim.

O país é grande demais para ficar escolhendo parceiro. O Brasil tem tamanho para fazer parceria com esses grandes blocos e outros países em acordos bilaterais. Não faz nenhum sentido fazer a opção de se aproximar de um para se afastar de outro, respondeu ele ao ser questionado se a aproximação com a China representa um afastamento dos EUA.

Um dos principais temas tratados na viagem oficial à China é a proposta do comércio entre o Brasil e o país asiático não passar pelo dólar, como medida para reduzir os custos de transação.

Ideia preocupa os Estados Unidos, segundo fontes diplomáticas ouvidas pelo colunista do UOL Jamil Chade, já que poderia fazer com que o dólar perca sua hegemonia e criaria uma alternativa para driblar eventuais sanções financeiras impostas pelos americanos.

Haddad também comentou o valor do dólar ante o real, que vem caindo nos últimos dias.

Para mim, é natural que o dólar se estabilize em um patamar menor do que estava sendo medido. Chegamos em R\$ 5,80 nos últimos 12 meses, isso certamente estava fora da realidade na minha opinião, respondeu.

Estabilização, no entanto, depende de aprovação de medidas, como a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal. Não adianta de um lado eu fazer um trabalho e o Banco Central não acompanhar o movimento, na direção de convergir para uma política de crescimento

com baixa **inflação** [...], que é o que todo mundo quer, afirmou, acrescentando que o governo está dialogando com todos e que espera boas notícias daqui para frente.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/04/14/na-china-haddad-diz-que-brasil-nao-tem-intencao-de-se-afastar-dos-eua.htm>

Alckmin diz estar otimista que reforma tributária vai simplificar modelo

São Paulo

O presidente em exercício da República, Geraldo Alckmin, disse nesta sexta-feira, 14, que está otimista em relação ao andamento e às proposições da **reforma tributária** a ser apresentada pelo governo federal e que ainda está em fase de discussão. Alckmin salientou que a proposta não deve ter caráter restritivo e alinha o Brasil ao sistema tributário já adotado em outros países.

Estamos muito otimistas. Ela vai simplificar o modelo. Não é pra cobrar de setor A, B ou C, mas é para simplificar o modelo, trocando cinco **impostos** sobre consumo (ICMS, ISS, PIS, Cofins, IPI) por um, o IVA, como o mundo inteiro tem, um Imposto de Valor Agregado , disse ele, em entrevista à BandNews

O presidente em exercício também defendeu os efeitos positivos que a reforma pode trazer para o ambiente de negócios do empresariado. Com a reforma, você simplifica, estimula investimento, reduz custo Brasil, reduz burocracia, estimula exportação, então eu diria que a reforma a ser apresentada é positiva , afirmou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/14/alckmin-diz-estar-otimista-que-reforma-tributaria-vai-simplificar-modelo.htm>

Anarcotributarismo conduz governo à bagunça

A gestão Lula inovou. A pretexto de colocar ordem no manicômio tributário, criou o anarcotributarismo. Habitualmente, os governos governam e a oposição se opõe. No anarcotributarismo, a coisa é muito diferente. Fernando Haddad iniciou sua caça aos jabutis com um tiro no próprio pé. A pasta da Fazenda enxerga o PT como um agrupamento de inimigos. Janja tabela com Fernando Haddad para fazer gols contra. E a oposição se diverte jogando parada. Quando a maluquice assume o comando do hospício, chega-se à bagunça.

No momento, o Planalto gasta o que não tem para comprar no Congresso a adesão a uma **reforma tributária** e a uma nova regra fiscal que colocará os ricos no Imposto de Renda a fim de manter os pobres no Orçamento. Como os projetos ainda não existem, o governo engasga com o próprio cuspe.

Alertados, os ricos acionam os seus lobbies no Legislativo para continuar subtributados. E os brasileiros remediados se irritam com a perspectiva de pagar 60% mais caro pela mercadoria que compram no camelódromo digital asiático. O governo conseguiu transformar numa agressão à classe média uma providência indispensável: combate à sonegação no comércio eletrônico, com fraudes que variam de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões por ano.

Para usar uma comparação futebolística ao gosto de Lula, Janja viu que o governo do marido estava mal colocado, amorteceu a bola e fez tabelinha com Haddad na China, o campo dos adversários virtuais. Fizeram dois gols. Ambos contra.

Trata-se de combater a sonegação, não de taxar os consumidores, disse a primeira-dama, ofendendo a inteligência de quem pagará mais caro pela blusinha chinesa. Eu nem conheço a Shein, só conheço a Amazon, onde compro livros, afirmou Haddad, distanciando-se da várzea onde os rústicos fazem as suas compras. O ministro esquece que a rusticidade também vota.

Jogando sem suar a camisa, a oposição ri da bagunça governamental enquanto acena para a arquibancada das redes sociais.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2023/04/14/anarcotributarismo-conduz-governo-a-bagunca.htm>

Governo abre mão de R\$ 525 bi em impostos por ano; veja lista de isenções

Do UOL, em Brasília

O governo federal abre mão de arrecadar cerca de meio trilhão de reais por ano em **impostos**. As renúncias fiscais têm vários motivos: para executar políticas públicas (exemplo: ProUni), para socorrer ou fomentar setores, ou por pressão de categorias e empresas. O governo quer acabar com a parte dessas isenções que considera privilégios tributários, com benefícios para poucos.

A soma dessas renúncias fiscais (entre isenções, anistias e remissões, os chamados gastos tributários) é de R\$ 525 bilhões por ano, segundo nota técnica da Unafisco, a associação de auditores fiscais da **Receita Federal**. O estudo é o último disponível, e a entidade trabalha na finalização da edição de 2023.

Para elevar ou recompor gastos (turbinar programas sociais, reajustar salário mínimo, pagamento de servidores etc) e manter a dívida pública em nível sustentável, o governo Lula optou por seguir o caminho de aumentar as receitas. E pretende atuar em três frentes:

1) Recuperação de parte das isenções de **impostos**, garantidas por lei aprovadas no passado. São essas que somam meio trilhão. O governo não pretende recuperar todas essas isenções, pois muitas são consideradas importantes de serem mantidas. Mas quer rever a parte do que considera benefício para poucos, o que internamente a Fazenda chama de erosão fiscal. Haddad tem defendido acabar com os privilégios tributários concedidos a grandes empresas.

2) O governo também pretende taxar setores novos que, por serem novidade, ainda não são tributados (como o das apostas esportivas).

3) Combater irregularidades (como nas vendas de produtos chineses feitas por empresas que se passam por pessoas físicas para ter isenção).

Em entrevista à Band, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse o seguinte: Nós não vamos criar novos **tributos** e não vamos aumentar as alíquotas dos **tributos** existentes. Estamos falando de quem não paga. E hoje, infelizmente, quem não paga são as maiores empresas brasileiras. Quem não paga é quem colocou em uma medida provisória, em uma

lei ordinária, em uma lei complementar, o que no jargão chamamos de jabuti. Jabutis foram sugando a capacidade de investimento do Estado.

A tarefa não é fácil. Grande parte das medidas precisa ser aprovada pelo Congresso, onde a base é frágil e os interesses de grupos beneficiados é forte. O plano é fundamental para viabilizar a nova regra de gastos que a Fazenda entregará em breve ao Congresso.

Dos R\$ 525 bilhões levantados pela Unafisco, R\$ 158 bilhões são de isenções que trazem contrapartidas para a sociedade, segundo a avaliação da entidade. O governo nunca mencionou revê-las. Por exemplo, descontos para que pessoas com deficiência comprem carros, para o transporte escolar ou doações de bens para entidades filantrópicas.

Mas R\$ 367 bilhões são considerados pela Unafisco como privilégios tributários, que não trazem retorno para a sociedade, apenas beneficiam grupos que não precisam de incentivos, gerando distorções. Os dez maiores privilégios tributários, segundo a Unafisco, somam R\$ 284 bilhões, e são estes abaixo:

Dentre os que são considerados privilégios pelos auditores fiscais, o governo já disse que não irá mexer em quatro, no Simples Nacional, na Zona Franca de Manaus, na desoneração da cesta básica e nas Santas Casas (entidades filantrópicas).

Já sinalizou que deve mexer na distribuição de lucros e dividendos, na segunda fase da **reforma tributária**, e na desoneração da folha de pagamentos, também no segundo semestre.

O governo não é claro sobre o imposto de grandes fortunas. Defende programas como Refis e incentivos ao setor da informática e automação -por isso, não deve mexer neles. Sinaliza que há problemas na exportação da produção rural, como vou apontar abaixo.

Além dos privilégios apontados pela Unafisco na nota técnica do ano passado, a equipe do ministro Fernando Haddad mapeou outros benefícios considerados indevidos. Em alguns, há indícios de crime, em outros ausência de leis ou regulamentação:

Outras possíveis fontes de receita para o governo

ainda discutidas de forma discreta são:

Esses dois últimos pontos devem entrar na discussão da tributação sobre a renda na segunda fase da **reforma tributária**.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2023/04/14/governo-abre-mao-de-impostos-e-conta-soma-r-525-biano-veja-quais-sao.htm>

Por uma questão de isonomia



Segundo o ministro, a taxaço vai incidir sobre as empresas que tentam burlar o Fisco no e-commerce

Victor Correia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, em Xangai, que a decisão de acabar com a isen o de **impostos** para compras on-line de até US\$ 50 por pe oas físicas no exterior visa combater a "concorrência desleal" por parte de empresas estrangeiras, como algumas chinesas.

O governo alega que a decisão mira em empresas que fraudam dados da venda para burlar a taxaço. O fim da isen o pode encarecer produtos vendidos por plataformas como a Shein e a AliExpress, com preços abaixo do mercado. A repercussão negativa foi imediata, em especial nas redes sociais.

Haddad explicou o entendimento do governo. "O que se está reclamando, por parte de algumas empresas, é que está havendo uma espécie de concorrência desleal por parte de alguns sites. Está sendo investigado, e será coibido. O melhor que pode acontecer ao consumidor e   economia brasileira é uma isonomia na concorrência", argumentou o ministro em entrevista   Globonews.

"Quando não tem [isonomia], prejudica muito a economia.

Ninguém acha que vai ser bom para a economia brasileira contrabando, carga roubada, mercadorias feitas com base em trabalho análogo   escravidão", acrescentou o chefe da Fazenda. "Nada disso vai ser bom ao Brasil, e a maneira de garantir isso é concorrência igual para todo mundo", emendou.

Prejuízo de R\$ 8 bilhões

Haddad criticou ainda a repercussão negativa contra o governo, defendendo que há muita confusão e

desinforma o sobre a medida. O Executivo vem argumentando que "nada muda" para empresas que vendem seus produtos legalmente.

Por conta das críticas, o governo iniciou um esforço de comunica o sobre a decisão, envolvendo os canais oficiais e também influenciadores alinhados com a gestão.

A medida é criticada por aumentar consideravelmente o preço de produtos vendidos nessas plataformas, que se tornaram bastante populares desde 2020. A taxaço não será voltada aos consumidores, mas as empresas devem repassar o valor ao consumidor final.

A isen o prevista em lei é apenas para compras entre pessoas físicas, ou seja, não vale para empresas. O que ocorre   que muitas plataformas adulteram o registro do valor final do produto e driblam a tributa o ao registrar a venda como feita por uma pessoa física. O governo estima que a prática gera prejuízo de R\$ 8 bilhões por ano.

Empresas brasileiras também reclamam da concorrência desleal.

Argumentam que os consumidores optam pelas plataformas estrangeiras que vendem produtos abaixo do preço oferecido pelo mercado brasileiro.

O país tem uma das maiores cargas tributárias sobre o consumo do mundo, o que encarece o preço das mercadorias vendidas internamente.

"Quando não tem [isonomia], prejudica muito a economia.

Ninguém acha que vai ser bom para a economia brasileira contrabando, carga roubada, mercadorias feitas com base em trabalho análogo   escravidão" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/14/all.pdf>

Arcabouço ameaça Lula com restrição de gastos mais forte do que a prevista

Alexa Salomão

As primeiras projeções sobre o efeito da nova regra fiscal nos gastos do governo indicam que o modelo apresentado pelo Ministério da Fazenda é complexo e com inúmeros desafios para ser posto em prática, sendo o principal deles a necessidade de se criar um novo conceito de receita para definir o quanto a despesa poderá subir.

Os cálculos de economistas, que apontam um arrocho maior do que o previsto, são feitos no momento em que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) está sob pressão do PT. Integrantes do partido expressam preocupação com o efeito da proposta para o crescimento econômico, num momento em que a atividade está em desaceleração.

As simulações mostram que é crucial elevar a arrecadação para cumprir a proposta e também sinalizam que, se forem usados os conceitos atuais de receita pública, o segundo ano de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) corre o risco de ser marcado por uma restrição orçamentária mais forte do que a esperada pelo governo.

No mundo das finanças públicas, existem tipos diferentes de receita. Durante o anúncio oficial da nova regra, os representantes do Ministério da Fazenda disseram que o arcabouço adotaria um dos conceitos mais usados, a chamada receita primária líquida.

Ela inclui todas as receitas. As ordinárias, que são arrecadações tradicionais de **tributos**, e também as extraordinárias, que oscilam muito a cada exercício (como dividendos da Petrobras e pagamentos por concessões de infraestrutura à iniciativa privada, como aeroportos e rodovias).

Pelo que foi detalhado durante o anúncio da nova regra, o governo poderia gastar no ano um adicional que equivaleria a 70% do crescimento dessa receita líquida registrada nos 12 meses encerrados em junho do ano anterior.

Para que a expansão do gasto seja garantida, mas sem brecha para exageros, o desenho previsto mantém o princípio de um limite para gastos (existente na atual regra do teto), mas em formato mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará

proporcionalmente ligado à variação das receitas, mas sempre em um intervalo de 0,6% e 2,5%.

Consultada pela reportagem, a Fazenda reforçou que vai manter como base de cálculo a receita primária líquida, nos 12 meses encerrados em junho, mas excluindo algumas receitas extraordinárias -como mostrou a Folha, um novo conceito para a receita está em elaboração.

A pasta afirmou ainda que o crescimento de despesas permitido no primeiro ano de aplicação da nova regra, 2024, ficará acima do piso de 0,6% previsto pelo arcabouço. Em declarações recentes, o secretário Rogério Ceron (Tesouro Nacional) afirmou que a despesa para o ano que vem crescerá 2,5% -o máximo permitido pelo arcabouço proposto.

O PL (projeto de lei) com os parâmetros ainda não foi apresentado. O texto já foi enviado pela Fazenda à Casa Civil, onde deve passar por novas análises técnicas até ser enviado ao Congresso na semana que vem. Inicialmente, ele seguiria para o Legislativo até esta sexta-feira (14).

Os economistas estão fazendo simulações com diferentes tipos de receitas e de prazos na tentativa de traçar cenários.

Entre os que se debruçaram sobre dados para traçar projeções preliminares está o economista Manoel Pires, coordenador do Núcleo de Política Econômica e do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Ele fez algumas simulações com a receita primária líquida e outras excluindo da conta os dividendos. O tipo de arrecadação e o prazo dão resultados muito diferentes.

O grande complicador é que as receitas primárias estão perdendo fôlego depois de uma grande alta em 2022, impulsionadas por ganhos extraordinários. Em janeiro, por exemplo, o crescimento real em comparação com o mesmo mês do ano anterior foi de 3%. Já em fevereiro, houve uma queda real de 17% no mesmo tipo de comparação.

Adotar a receita primária líquida nos 12 meses

encerrados em junho de 2023, sem abater nenhuma receita extraordinária, abriria um espaço menor para os gastos.

Com a retirada dessas receitas extras, sairiam das planilhas os ganhos recordes obtidos em 2022 com a Petrobras (que tendem a não se repetir em 2023) -ou seja, a retirada, nesse caso, fará a receita crescer a partir de um patamar menor, e portanto, a um ritmo mais forte. Para efeito do cálculo da regra, isso permitirá uma alta maior da despesa.

Sendo assim, a escolha de quais receitas extraordinárias serão excluídas do cálculo vai definir a expansão do gasto já no primeiro ano de aplicação da nova regra. Isso explica a atenção que a equipe econômica está dando a esse detalhe na reta final da apresentação do PL.

A equipe do banco Bradesco chegou, em suas análises preliminares, a uma conclusão similar sobre o efeito de alterar a definição das receitas.

"A apuração da receita recorrente pode ser uma possibilidade para aumentar o limite de gastos em 2024, eliminando receitas extraordinárias obtidas em 2022 e viabilizando uma base de cálculo mais favorável", diz o texto de relatório sobre o tema a que a Folha teve acesso, intitulado "Impressões sobre os primeiros parâmetros do novo arcabouço fiscal".

Esse expediente, no entanto, terá efeitos no longo prazo, destaca a equipe do banco.

"Ainda que, em um primeiro momento, isso aumente o espaço para gastos, a apuração da receita recorrente tornaria a regra mais rígida no futuro, reduzindo os incentivos para busca de receitas extraordinárias e pontuais com objetivo de aumento de despesa futura", destaca o relatório.

A equipe do Bradesco também chegou à conclusão que o primeiro ano de aplicação da nova regra tende a ser de aperto orçamentário, caso o governo não consiga elevar as receitas.

"Chamamos atenção para 2024", destaca o texto. "Consideramos, em todos os cenários, um crescimento real de 0,6% da despesa sujeita a limites, em virtude da queda real da receita líquida total apurada até junho deste ano, segundo nossas projeções. Trata-se de um ajuste importante, logo no primeiro ano da regra."

Os economistas dizem que excluir despesas extraordinárias pode ter o efeito de dar mais estabilidade e previsibilidade aos itens que serão considerados na nova regra. No entanto, por criarem

um novo conceito de receita recorrente, o expediente pode abrir brechas para interpretações múltiplas e até para questionamentos no futuro.

Seja qual for o conceito adotado, a elevação da receita é um desafio permanente na proposta de nova regra fiscal, afirma Marcos Mendes, outro economista que avalia a proposta. Pesquisador associado do Insper e colunista da Folha, Mendes foi um dos formuladores da regra do teto.

"Estamos em uma equipe de seis pessoas trabalhando para entender a regra, mas, preliminarmente, já deu para ver que o modelo proposto tem crescimento de receita e de despesa, e você só fecha a conta subindo muito a receita", afirma ele.

"Isso ocorre porque, na hora em que sobe a receita para fechar a conta, você gera outras despesas."

O resultado preliminar do levantamento do grupo de Mendes aponta que, para ser alcançado o cenário para as contas públicas apresentado pela Fazenda, a receita líquida precisa sair de 18,1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2023 para 20,8% em 2026. Trata-se de um aumento de 2,7 pontos percentuais em relação ao **PIB**, um avanço qualificado como "muitíssimo" elevado.

Traduzindo em valores monetários, significa que o governo Lula precisa conseguir R\$ 67 bilhões neste ano e mais R\$ 100 bilhões, ao ano, em 2024, 2025 e 2026.

Mendes lembra que, considerados outros ajustes feitos no lado da receita, o principal deles ocorreu entre 1997 e 2002. Naquela época, a equipe econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso puxou a receita para cima em um esforço para gerar resultado primário e salvar o Real.

Esse esforço fiscal resultou em um aumento médio anual de receita da ordem de 0,77 ponto percentual do **PIB**, lembra ele.

"Agora, estamos estimando um esforço de 0,88 ponto percentual do **PIB** por ano", afirma ele.

"É um esforço fiscal muito maior, com o detalhe de que, naquela época, a carga tributária era baixa, e houve espaço para elevar **impostos** e criar contribuições tributárias. Agora, a carga tributária equivale a 34% do **PIB**, e não tem de onde extrair receita excepcional para dar esse salto", diz Mendes.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246&maxTouch=0&_ga=2.153559800.154012437.16811

89877-1380897342.1635735907

Alguém vai pagar por arrecadação maior - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

O novo marco fiscal nem foi para o papel ainda, assim como também está no plano das ideias a mudança que impedirá que sites de comércio eletrônico situados fora do Brasil burlam a cobrança do Imposto de Importação.

Mas a polêmica em torno deles e o desgaste de popularidade para Lula diante da possibilidade de as blusinhas compradas pela internet ficarem mais caras evidencia um problema que a equipe econômica parece ter subestimado: para que se aumente a arrecadação a fim de permitir mais gasto público, alguém terá de pagar.

E o governo tem de estar preparado para bancar essas escolhas e explicá-las sem tanto ruído.

Não adianta, diante da gritaria provocada pela ideia de impedir que sites como Shein, Shopee e Alibaba usem subterfúgios para driblar a cobrança de **impostos**, dizer que não se estão criando novas taxações, nem mesmo acabando com isenções. Se o próprio governo divulga que espera arrecadar R\$ 8 bilhões a mais só com essa medida, alguém pagará por isso.

Também não ajuda em nada o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, bancar o cult blasé diante do desespero dos que recorrem às compras dos produtos nesses sites, dizendo só consumir livros e não saber do que se trata. Sua equipe tinha de ter dimensionado a presença desse comércio no dia a dia dos cidadãos e o potencial de exploração do episódio pela oposição bolsonarista.

Afinal, existe uma hipersensibilidade na ala política do governo a tudo o que possa erodir a popularidade de Lula, e mexer nesse vespeiro era um foco evidente para isso, como mostra a entrada da própria Janja para tentar conter o estrago.

A filosofia que norteou a construção do arcabouço fiscal é boa, transparente e está em linha com o que foi prometido por Lula na campanha: trazer os mais pobres para o Orçamento e fazer quem está à margem do sistema de tributação, por privilégios históricos ou malandragens como essa de enviar os pacotes dos compradores da China em nome do Brad Pitt, pagar o que a lei manda.

O que não dá é para, por medo de fazer o debate na sociedade, o governo ficar se esquivando das palavras e dos temas, para tentar convencer alguém que não pagará a mais pela blusinha. Ora, se a compra não puder mais ser fracionada nem a remessa atribuída indevidamente a Shakira ou ao Papai Noel, vai pagar imposto, sim.

A discussão madura e honesta é: era justo deixar de pagar por esse imposto e, com isso, favorecer um comércio que acaba sendo desleal com todas as empresas que atuam regularmente no Brasil, geram empregos e recolhem **impostos**? Não, não é justo. É isso que fará a mudança ser assimilada, a discussão no Congresso avançar, facilitando a aprovação das medidas -o marco fiscal em si e as Medidas Provisórias anunciadas para mexer nessa questão específica -, e a oposição perder o filão das redes sociais.

Deveria ter sido avisado desde o início que mexer nos privilégios de quem não paga imposto nunca foi fácil no Brasil. Basta ver que, enquanto se discutem formas de aumentar a arrecadação com essas medidas, tem gente no próprio governo defendendo medidas no sentido oposto, como criar novas subvenções para montadoras para fazer frente à queda na vendas de veículos. Além de isso ser contraditório com o discurso que embasa a nova política fiscal, também vai na contramão da ideia de uma nova diretriz ambiental.

Tudo isso dá trabalho e exige um alinhamento político, que ainda não foi apresentado, entre a equipe econômica e o resto do governo, notadamente a ala política lotada no Palácio do Planalto. Mas ou se chega à conclusão de que esta briga exige que todos atirem para o mesmo lado e se comuniquem direito, ou a chance de derrota aumentará mais que as comprinhas dos sites chineses.

O governo tem de estar preparado para bancar escolhas e explicá-las sem tanto ruído

Site: Bolsonaro mobilizou população contra as urnas e usou Estado em seu benefício, diz MP

O arcabouço da expansão fiscal - ROGÉRIO FURQUIM WERNECK



ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

natural que muitos analistas tenham ficado perplexos diante da proposta de arcabouço fiscal anunciada pelo governo. O que se esperava eram regras que pudessem substituir o teto de gastos, uma contenção draconiana de dispêndio concebida para lidar com o descalabro fiscal de 2016.

A expressão ajuste fiscal tem conotação inequívoca em economia. Designa medidas de consolidação das contas públicas, seja por meio de contenção de despesas, seja por elevação da receita, seja pela combinação das duas medidas.

Por consolidação fiscal, é óbvio, entendem-se iniciativas que tornem as contas públicas mais sólidas.

A verdade, contudo, é que não há como enxergar na proposta de arcabouço fiscal algo que, mesmo remotamente, possa ser associado à ideia de ajuste fiscal. Na contramão da consolidação que se esperava, o que o governo vislumbra é um amplo e ostensivo programa de expansão fiscal, que, se levado adiante, tornará as contas públicas muito menos sólidas do que já são.

Para que a leitora perceba com mais clareza a perplexidade de que foi tomada a maior parte dos analistas, vale imaginar a surpresa de um médico que,

há anos, vinha insistindo, sem sucesso, com um cliente, que levasse a sério o grave problema de obesidade que lhe afligia. Um belo dia, o cliente apareceu em seu consultório para lhe informar que, afinal, decidira seguir à risca um regime alimentar. Mas, para seu grande espanto, o médico constatou, aos poucos, ao longo da conversa com o cliente, que, na verdade, se tratava de um regime para engordar!

Na esclarecedora entrevista - disponível no YouTube - que deu ao programa "WW", de William Waack, na CNN Brasil, em 30 de março - dia em que a proposta do novo arcabouço fiscal veio a público -, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Daniel Galípolo, não deixou margem a dúvidas sobre o espírito do que tinha sido proposto.

Pressionado pelos entrevistadores, Galípolo foi mais do que claro: "Ajuste fiscal é uma expressão que a gente jamais usou". O que se concebeu foi "um arcabouço fiscal que contemplasse o programa de governo do presidente Lula" que, como é bem sabido, exige forte expansão de dis-pêndio público.

É disso que se trata. Para muita ainda continue em busca do suposto ajuste fiscal que estaria envolvido na proposta do novo arcabouço.

A ideia é que a expansão de gastos seria bancada por elevação de carga tributária. Mas ainda assim haveria aumento expressivo do endividamento público. Para quebrar resistências à proposta, o governo assegura que a elevação de carga tributária se daria "sem aumento de alíquotas ou criação de **impostos** novos", como tentou tranquilizar o secretário na mesma entrevista.

Sem denotar nenhuma preocupação, Galípolo reconheceu que "talvez o nível da dívida suba". Quanto a isso, não resta a menor dúvida. O "talvez" era dispensável. O aumento do endividamento seria simples decorrência lógica do arcabouço de expansão fiscal. Em meio ao emaranhado de pisos e tetos de expansão previstos nas regras propostas, basta ter em conta que o governo se comprometeria a manter o déficit primário em cerca de 1% do **PIB** neste ano, baixá-lo a zero em 2024 e convertê-lo em superávits de 0,5% do **PIB**, em 2025, e de 1% do **PIB**, em 2026.

Mesmo que tais metas fossem estritamente

alcançadas ao longo do atual mandato presidencial, os resultados primários seriam mantidos, ano após ano, muito aquém do superávit requerido para impedir que a dívida aumentasse como proporção do **PIB**. A adoção do arcabouço fiscal proposto implicaria elevação substancial do endividamento público ao longo dos próximos quatro anos.

Entre 2010 e 2016, a dívida pública saltou de cerca de 52% do **PIB** para quase 70% do **PIB**. Todo cuidado é pouco. Será lamentável se, menos de sete anos após o descalabro fiscal de 2016, o Congresso der ao novo governo sinal verde para outra expansão desmedida de gastos que dê lugar a mais um grande surto de endividamento público.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
O arcabouço da expansão fiscal

Imposto na compra pode superar valor do produto

RAPHAELA RIBAS raphaela.ribas@infoglobo.com.br

Não são só 60%. Os **impostos** sobre produtos importados comprados de plataformas de comércio eletrônico, quando estes são tributados, podem superar 100% do valor do item. O imposto aduaneiro é de 60%, mas a cobrança não incide apenas sobre o valor do produto. Entram na conta também o frete e o seguro envolvidos na transação. Em alguns casos, podem ser cobrados IPI, PIS, Cofins e ICMS.

Por isso, em algumas remessas, quando o item é muito barato, os encargos sobre encomendas importadas às vezes são até maiores do que o valor da mercadoria. Em Minas Gerais, por exemplo, a tributação total de um produto pode chegar a 113% do valor deste, segundo Maria Carolina Gon-tijo, advogada tributarista que usa as redes sociais para falar de **impostos**.

Por exemplo, uma blusa com frete grátis que custa US\$ 10, para ser entregue em Minas Gerais, custará no final US\$ 21,30. Ou seja, o dobro. Em reais, significa um salto de cerca de R\$ 50 para mais de R\$ 103.

Como cada estado tem seu ICMS, e o imposto incide com base no destino final da mercadoria, explica a tributarista e professora da FGV Direito Rio Bianca Xavier, o custo pode variar. Se a blusa custar R\$ 98 (US\$ 20, com frete) e for entregue no Rio ou em São Paulo, por exemplo, considerando a taxa **aduaneira** e o ICMS de 18% de ambos os estados, sairá por quase R\$ 100 a mais: R\$ 194 (US\$ 39).

Quando a encomenda do exterior entra no radar da fiscalização, o imposto é cobrado e, em muitos casos, acaba mais do que dobrando o valor total da compra. Veja a seguir como é feita a cobrança de imposto.

Qual o argumento do governo?

O governo federal resolveu fechar o cerco ao drible que plataformas como Shein, Shopee e AliExpress, entre outras, fazem à tributação de importados. Como as varejistas nacionais pagam **impostos** e geram emprego no Brasil, o governo argumenta que os e-commerces internacionais estão praticando concorrência desleal.

Por lei, qualquer compra importada precisa pagar imposto aduaneiro, que é de 60%. Mas as transações feitas entre pessoas físicas estão isentas até o valor de US\$ 50. As plataformas se aproveitam dessa brecha para não pagar imposto e, muitas vezes, enviam os produtos para o Brasil como se os remetentes fossem pessoas físicas.

O que é isento?

Transações entre pessoas físicas no valor de até US\$ 50 são livres de tributação.

Que **impostos** são cobrados?

Para as transações com valores entre US\$ 50 e R\$ 3 mil, independentemente se o envio é entre pessoas físicas ou jurídicas, aplica-se o Regime de Tributação Simplificada (RTS): 60% de taxa **aduaneira** mais o ICMS do estado do destinatário, ou seja, de quem encomendou o produto.

Compras acima de R\$ 3 mil precisam pagar IPI, Imposto de Importação, PIS, Cofins e ICMS.

Como é cobrado o imposto?

A taxa **aduaneira** é de 60%. Mas não incide apenas sobre o valor do produto: são considerados até 25 elementos. De modo geral, o chamado valor aduaneiro é composto pelo preço da mercadoria, o custo do frete e o valor do seguro.

Depois da taxa **aduaneira**, é aplicada a alíquota do ICMS, nos estados onde ele é cobrado, sobre o valor somado do produto e do tributo.

É preciso ter em mente que nem todos os estados cobram ICMS sobre importados. Quando esse imposto é cobrado, as alíquotas variam entre as unidades da federação.

A advogada Maria Carolina cita como exemplos casos em Minas Gerais e São Paulo. Em Minas, o ICMS é de 25%, e em São Paulo, de 18%.

- Com os 60% e todas as taxas e ICMS, no final, a blusinha vai ficar mais cara 113% em Minas e 95% em São Paulo -explica.

A alíquota do ICMS no Rio é igual à de São Paulo: 18%.

A base de cobrança do ICMS tem precedentes e entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) para ser do estado onde está o destinatário, e não onde a mercadoria é liberada, explica Bianca, da FGV, mas há discussões nesse sentido.

Como é feito o pagamento?

Quando as remessas chegam ao Brasil, os objetos são enviados a um dos centros internacionais dos Correios, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Nesses locais as encomendas passam pelo processo aduaneiro de importação e fiscalização da **Receita Federal** e de órgãos como Anvisa, Anatel e Polícia Federal.

Segundo os Correios, qualquer um desses órgãos pode solicitar informações adicionais ao importador, que deve acessar o portal Minhas Importações, no site dos Correios, para verificar e cumprir tais exigências.

Também é no centro internacional que a encomenda fica até o pagamento das obrigações tributárias, como Imposto de Importação e ICMS.

Real mais forte já reduz ganho de exportador

Marta Watanabe De São Paulo

A valorização nominal do real frente ao dólar contribuiu para tirar rentabilidade das exportações no período e pode limitar o ganho do exportador ainda nos próximos meses. A onda de apreciação mais recente deve fazer diferença a partir de abril ou maio, apontam especialistas. No primeiro bimestre a rentabilidade média das exportações brasileiras caiu 1,3% contra iguais meses de 2022.

No período, os preços médios aumentaram 2,5%, mas não foi suficiente para compensar a alta de 0,5% no custo de produção e a valorização nominal de 3,3% do real em relação ao dólar no período. Os cálculos são da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Em fevereiro, ainda segundo dados da Funcex, a rentabilidade da exportação brasileira recuou 0,6%. Em 12 meses até fevereiro, a perda de margem foi de 3%. Também nesse período os preços médios ajudaram, com avanço de 11,1% ante os 12 meses anteriores.

Mas esse efeito foi mitigado pela valorização nominal de 4,7% do real ante o dólar e pelo aumento de 9% do custo de produção, em igual comparação.

Para o bimestre de março e abril, diz Daiane Santos, economista da Funcex, estima-se que o índice de rentabilidade das exportações apresente certa estabilidade na comparação com o primeiro bimestre deste ano e alguma recuperação em relação ao segundo bimestre de 2022. As projeções levaram em consideração uma desvalorização nominal do real frente ao dólar e a retomada da economia chinesa, com a reabertura da economia propiciada com o fim da política de covid zero e fortes estímulos do governo local.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o comportamento geral de preços e a alta base de comparação devem ser limitadores da rentabilidade dos exportadores brasileiros nos próximos meses. O que se espera para este ano é que os preços permaneçam relativamente altos, mas se acomodem, diz, o que afeta primeiramente as commodities e matérias-primas e depois os produtos mais elaborados. Para ele, a nova onda em cursos de valorização do real frente ao dólar, caso se sustente, deve impactar mais fortemente as exportações a partir

de maio.

De qualquer forma, diz Castro, a taxa de câmbio deve se manter em patamar favorável para o exportador e a balança comercial deve fechar este ano com superávit robusto.

A AEB projeta saldo positivo de US\$ 72 bilhões. O superávit estimado, ressalta Castro, também é resultado de uma queda maior das importações do que das exportações neste ano, em relação a 2022.

A balança comercial brasileira do primeiro trimestre fechou com superávit de US\$ 16,1 bilhões, valor recorde para o período em toda a série histórica da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic).

Há também no cenário dos próximos meses, destaca Daiane, a manutenção da tendência de alta de custos nacionais devido à reoneração de **tributos** federais sobre a gasolina e a perspectiva de elevação da tarifa de energia elétrica mediante a volta da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as tarifas correspondentes ao custo de transmissão (Tust) e de distribuição (Tusd) que integram as contas de luz. Essa tributação foi afetada em alguns Estados com as medidas do governo federal que no ano passado resultaram na redução do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

Em março, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou liminar para inclusão da Tust e Tusd no cálculo do ICMS.

Daiane destaca que também se espera elevação marginal no preço do petróleo, porque os integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) devem ajustar a produção para manter preços.

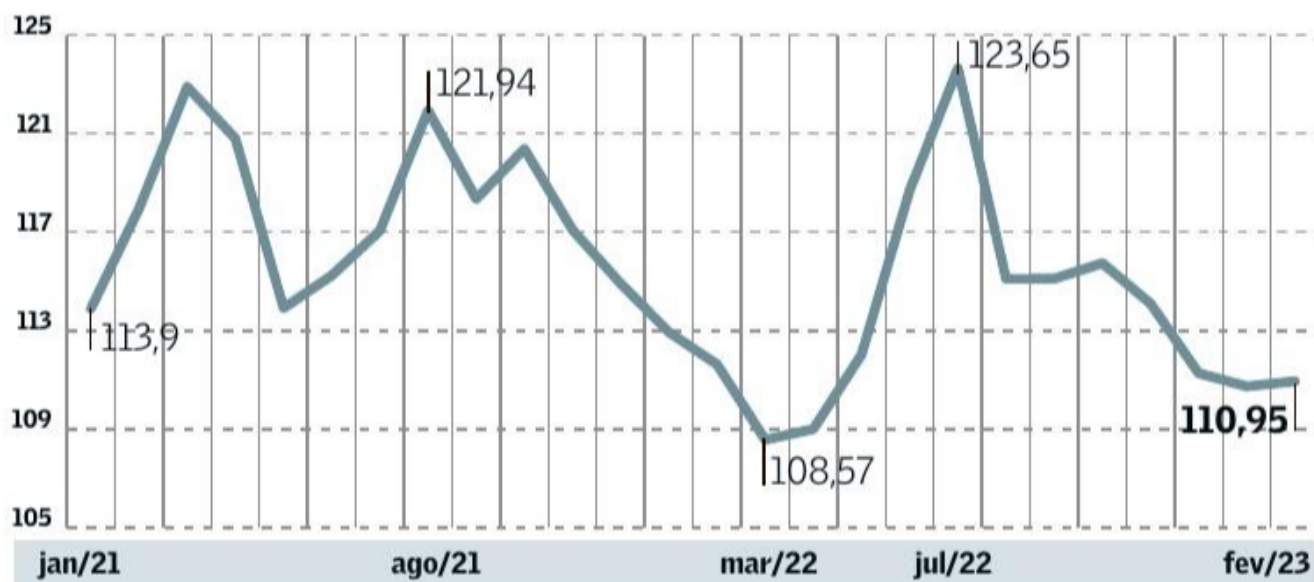
No primeiro bimestre, 12 dos 30 setores de atividade acompanhados pela Funcex registraram queda no índice de rentabilidade das exportações, em relação ao mesmo período de 2022. As maiores quedas aconteceram na extração de petróleo e gás natural (-16,0%), produtos alimentícios (-12,8%) e extração de minerais metálicos (-12,0%). Em sentido oposto registraram crescimento de margem os setores de celulose e papel (11,7%), metalurgia (23,2%) e veículos automotores (6,6%).

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187520?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187520?page=1§ion=1)

Queda de margem

Índice de rentabilidade do total da exportação brasileira



Fonte: Funcex

Tributação e emprego no mundo digital - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

A economia e a sociedade já mudaram de forma intensa e radical, da revolução digital à nova geração de programas de inteligência artificial, passando pela pandemia da covid-19 e pela guerra da Ucrânia. As novas tecnologias oferecem inúmeras possibilidades de "se fazer e se viver mais e melhor". Mas os impactos são grandes, sobretudo sobre o emprego. A transformação digital é "inexorável e devastadora" e é preciso, com urgência, gerir a sua transição. "É crucial impedir que a emergência de um processo de fragmentação social tenha curso, especialmente nas economias ditas emergentes e mais fortemente ainda em situações sociais onde a exclusão já era uma marca ou chaga social e histórica", alerta o economista José Roberto Afonso, pesquisador do CAPP/ISCSP/Universidade de Lisboa, que assina o ensaio "Trabalhar e Empreender: o novo mundo da economia digital" com mais três economistas. São eles: Geraldo Biasoto Júnior, especialista em contas públicas e consultor independente, Murilo Ferreira Viana, doutorando em Economia pela Unicamp e Édivo Almeida Oliveira, doutor em Economia pela Unicamp.

Diversos aspectos das mudanças em curso são analisados. Desde os impactos sobre as economias e sociedades, no nível global, ao caso brasileiro, onde a ocupação é marcada pela precariedade, com elevada informalidade, e para mudar essa cena vai ser preciso enfrentar "de forma atualizada e corajosa a questão tributária", assinala o trabalho. O avanço de novas tecnologias pode colocar em xeque a coesão social, temem os autores.

Embora o novo mundo digital abra grandes oportunidades, ele traz imensa necessidade de regulação dos tempos de implementação das mudanças, para que a sociedade brasileira não descambe a situações de conflito social de grande magnitude. O primeiro exemplo é a absorção de tecnologias que apenas eliminam postos de trabalho sem ampliar a produtividade do sistema econômico. A troca de trabalhadores por máquinas exige capacidade de regulação governamental. Taxar atividades que nada trazem além da eliminação de postos de trabalho é uma decisão que leva em conta a coesão social. Mas é apenas um dos aspectos. É preciso, também, atualizar políticas de emprego para considerem e

privilegiem o trabalho cuja realização e remuneração passa a se dar como empreendedor - ou seja, a pessoa física travestida formalmente de pessoa jurídica individual e singular. Hoje esses são um dos focos do fisco.

O ensaio trata, ainda, de aspectos críticos da questão tributária, em especial a premência de revolucionar o sistema, com recursos digitais, "para dar vazão ao empreendedorismo".

O alto custo tributário da folha salarial, mecanismo indutor da automação, muitas vezes de forma espúria, também é objeto de debate, assim como o trabalho em condições alternativas. "Por décadas, a noção disso era o trabalho informal. Agora, temos nova institucionalidade, o microempreendedor individual, e nova dinâmica no mercado de trabalho".

Nas economias maduras a questão do desemprego não é tão dramática. Em geral, um posto de trabalho perdido pela automação do processo produtivo gera outro posto de trabalho na produção da máquina que gerou a perda. Este não é o caso das economias sem grande capacidade tecnológica, que sofrem com a perda de empregos decorrente da automação mas não conseguem gerá-los em outros estágios da cadeia produtiva. Ao contrário, é bastante provável que os empregos sejam criados nos países aptos ao desenvolvimento tecnológico.

Em diversos países avançados, uma parte da automação tem se dado por razões tributárias. A máquina que promove a automação é incorporada ao ativo imobilizado como investimento.

É verdade que substituir um trabalhador no caixa de uma loja por um caixa automatizado não envolve ganho de bem-estar à sociedade, apenas elimina um emprego. E isso se dá pela vantagem tributária na troca de um trabalhador que custa contribuições sociais por uma máquina.

Neste caso, a sugestão dos economistas que assinam o ensaio é que, no Brasil, o governo use da tributação para favorecer quem cria empregos.

A nova organização da produção abre grandes possibilidades às empresas de menor porte. Em 2006, a Lei Complementar 123 conferiu à micro e pequena

empresa tratamento especial. Mediante o Simples Nacional, a empresa pode escapar de grande ônus administrativo pela redução de obrigações tributárias acessórias e pode pagar todos os **tributos** na mesma guia de recolhimento.

É inegável que o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela informalidade.

Metade dos trabalhadores brasileiros ocupados, hoje, não possui proteção social, nem direito a seguro-desemprego ou ao auxílio-doença, diante de infortúnio, quanto menos à renda futura porque sequer poderão se aposentar.

A reforma previdenciária de 2019 nem chegou a discutir esse fenômeno antigo, mas que agora se tornou "inevitável e premente".

Restou ao auxílio emergencial, de tapa-buraco emergencial a uma peça recorrente, crescente e permanente, se transformar em um benefício que vai muito além da assistência social, na ausência de política social estruturada.

O avanço tecnológico tem tudo para agravar este quadro.

Em todos os cantos da economia, uma máquina está substituindo um trabalhador. No atendimento telefônico, vozes eletrônicas são cada vez mais frequentes. É difícil sustentar que se trata de aumento da eficiência.

Mais provável que seja eliminação de encargos previdenciários e sociais. Nos cinemas, caixas deram lugar a máquinas de venda por cartão. Nos supermercados, caixas têm transferido tarefas a consumidores. Que ganho de produtividade há nisso, não se sabe.

Percorrer um caminho de sucateamento do trabalho sem alternativas e numa velocidade como a atual, certamente terá desdobramento sociais explosivos. A repactuação social no Brasil sequer entrou na agenda nacional de debates.

Certamente é uma agenda mais complexa e grave do que a reforma de **impostos** sobre consumo, em que se foca na qualidade da taxação e a proposta é trocar **tributos**, sem alterar tanto o nível global de arrecadação.

Troca de pessoas por máquinas exige regulação

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187520?page=1§ion=1>

Sinais de redução da taxa da inflação se acentuam (Editorial)

OIPCA de março foi uma boa surpresa e deu sinais mais claros de que a **inflação** caminha para uma redução consistente, embora sua trajetória ainda passe longe da margem superior de variação da meta (4,75%). No primeiro trimestre ampliou-se a surpresa inflacionária positiva, isto é, IPCA abaixo da estimativa de curto prazo do Banco Central, para -0,56 ponto percentual. Nos doze meses encerrados em março, o índice recuou de 5,65% para 4,65%, encaixando-se, pela primeira vez, desde janeiro de 2021, dentro da banda de variação da meta. Valorização importante do real e queda dos preços das commodities, se mantidas, podem acelerar a desinflação.

Com um pouco de sorte o Banco Central poderá começar a reduzir os juros antes de novembro. Se isto ocorrer, não terá nenhuma relação com a pressão politicamente motivada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu staff para a redução da Selic. Dado o desempenho atual da **inflação**, os juros terão de ser mantidos por mais tempo. Um dos motivos para isso, entre outros, é o comportamento dos núcleos de **inflação**. Eles apresentaram recuo importante em março ante fevereiro, de 8,44% para 7,78% em 12 meses, mas ainda assim estão longínquos 4 pontos percentuais da meta de 3,25%. Um outro é que a tendência de curto prazo, expressa pelo IPCA trimestral dessazonalizado e anualizado, não é segura e encontra-se ainda ao redor de 7%, segundo economistas do Santander. (Valor, ontem).

O IPCA em março foi de 0,71%, abaixo da expectativa dos economistas. A alta pode ser atribuída na maior parte ao aumento de preços da gasolina e da energia, frutos de ajustes de **impostos** com data marcada. A gasolina subiu 8,33%, tornando a variação dos custos dos transportes responsável por 60% da variação do índice. A energia subiu 2,23%. Excluindo-se estes itens, o IPCA teria subido apenas 0,25% no mês.

Indicações positivas apareceram na decomposição do índice. Os preços livres tornaram-se bem comportados (0,18% ante 0,84% no mês anterior), assim como os bens industriais, que durante algum tempo apresentaram altas expressivas (recuo de 0,54% para 0,27% em março). Mais relevante, o setor de serviços, o último a se recuperar da pandemia e o mais renitente na alta de preços, variou 0,25% no mês passado, ante aumento muito superior, de 1,41%, em fevereiro. Os serviços subjacentes, que são mais

sensíveis à conjuntura, aumentaram 0,35%, ante 0,55% antes (cálculos da MCM Consultores).

Agangorra dos preços pregará uma peça em breve. Supondo-se que o BC acerte na previsão dos IPCAmensais até junho (em março errou para mais em 0,15 ponto), a **inflação** em 12 meses chegará em junho em 3,3%, praticamente no centro da meta. No entanto, não terá chegado a hora do afrouxamento monetário. Julho, agosto e setembro de 2022, que passarão a entrar na conta, foram meses de deflação. Mesmo que o IPCA seja zero nesses meses, ele subirá 1,23% no período, jogando-o novamente no teto de variação, faltando ainda três meses para fechar o ano.

Há sinais de que o cenário possa se tornar mais favorável à queda de preços. O IPCA ultrapassou dois dígitos por um ano em parte devido à dobradinha inusual de commodities e dólar em alta, quando o normal é variarem em sentido contrário um ao outro. Pois agora, no primeiro trimestre, ocorre a mesma coisa, com movimento inverso. O dólar se desvalorizou 7% no ano. Os preços das commodities caíram 6,83% no trimestre encerrado em março. Os preços da energia desabaram, provocando redução da **inflação** também nos países ricos, como mostram os mais recentes índices divulgados. No trimestre, o recuo é de 25,2% e de 34,5% em doze meses.

Além disso, a elevada **inflação** dos alimentos (7,29% em 12 meses) deve arrefecer bastante, com a supersafra agrícola a caminho. O IBGE divulgou ontem nova estimativa, com aumento de 13,5% em relação à colheita anterior, em um total de 300 milhões de toneladas.

Na decomposição feita pelo BC do IPCA de 2022, de 5,79%, a inércia inflacionária teve o maior peso (2,74 pontos) e ela tende a ser menor agora. Em seguida vieram as expectativas, (1,2 ponto) que também podem cair, como ameaçam, depois que o governo apresentou o novo regime fiscal. O hiato do produto, que joga contra a **inflação** (-0,45 ponto) está se ampliando, pois a economia está desacelerando. No cenário de riscos do BC, os fatores de baixa podem se sobressair nos próximos meses, se a política econômica do governo não for desastrosa.

Pausa nas montadoras não é sinônimo de crise (Artigo)

Luis Otávio Matias - Vice-presidente da Tecnobank

Paralisação, férias coletivas, queda nas vendas.

Retratadas em muitas manchetes ao longo dos últimos dias, as expressões parecem assombrar, mais uma vez, o setor automotivo, que ainda enfrenta alguns impactos causados pela pandemia de covid-19. Continuar a produção, diante da redução no número de veículos vendidos, significaria ter muitos automóveis em estoque. Mas, tal como fantasmas, esses já tão conhecidos vilões nem sempre são verdadeiros. Só quem pode dizer isso é uma análise minuciosa dos muitos fatores envolvidos na construção do cenário econômico do Brasil atualmente.

De acordo com o Boletim Macro, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia (FGV-IBRE), o **PIB** brasileiro "ficou estagnado no segundo semestre do ano passado e o carregamento estatístico para 2023 é próximo de zero". Entretanto, ainda segundo dados do documento, a agropecuária tem registrado um bom desempenho, o que garante uma projeção de crescimento do **PIB** no primeiro trimestre.

Outro item a se colocar na balança é a definição da nova política fiscal, que está em debate no governo federal e deve ser apresentada em breve ao Congresso Nacional.

Essa não é uma situação inédita em terras brasileiras. Não é uma novidade nem deveria causar espanto ou temor exagerado. Os movimentos que têm sido realizados pelas montadoras que atuam no país são naturais e não, necessariamente, significam que uma crise nos espera na próxima esquina. Isso porque, hoje, há um bom estoque de automóveis disponíveis para o mercado consumidor.

O que não deve haver, por ora, é um aumento desse estoque.

O informativo de novos emplacamentos divulgado pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) referente a fevereiro de 2023, por exemplo, mostra, é verdade, uma queda nas vendas, em comparação a janeiro, considerando os números totais (que englobam veículos leves, ônibus,

motos etc.). Uma redução de 8,63%. No entanto, é preciso lembrar que fevereiro é um mês mais curto que o anterior, o que interfere no resultado e, conseqüentemente, na comparação. Se olharmos para a média por dia útil, fevereiro foi, na verdade, um mês melhor que janeiro.

Além disso, no acumulado dos últimos 12 meses, o que se vê é uma alta de 13,46%.

Também é natural que a indústria automotiva registre uma pequena oscilação de mercado em um momento de taxa de juros acima dos 13%, com um novo governo apenas começando sua caminhada, além de incertezas globais com diversas causas - podemos citar entre elas o cenário pós-pandêmico, a guerra na Ucrânia, a crise financeira na Europa, com as recentes questões do Credit Suisse, e a má fase das bigtechs americanas, inclusive com a quebra do Silicon Valley Bank e do Signature Bank.

Não se trata, portanto, das trombetas do apocalipse ressoando em nossos ouvidos a melodia melancólica de uma recessão sem precedentes na história recente. Tampouco será essa a causa de problemas insolúveis para a economia nacional. Trata-se, em vez disso, de uma pequena variação negativa nas tabelas e números aos quais tanto nos apegamos para compreender as tendências de mercado e o que podemos esperar dos próximos meses e anos.

Esse acompanhamento da balança é necessário e saudável, mas não deve se tornar uma prisão em si mesmo. Precisamos nos lembrar que, além de todo o contexto que influencia as decisões das montadoras, há ainda as estratégias econômicas do próprio setor. Ao manter os estoques sob controle, os preços dos veículos novos podem se sustentar em um patamar parecido com o atual. Hoje, no Brasil, os carros populares estão em uma faixa de preço que começa em cerca de R\$ 68 mil.

Seguimos, então, acompanhando toda essa movimentação, mas com a esperança de que, mais uma vez, o setor será capaz de superar o instante desfavorável e voltar a crescer com todo o potencial que nele reside.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense>

se/2023/04/14/all.pdf

Freio no Brasil mostra receio de investidor, afirma Banco Mundial

Thiago Amâncio

A desaceleração econômica no Brasil indica preocupações de investidores com o cenário global desafiador, disse nesta quinta (13) o presidente do Banco Mundial, David Malpass. Ele também citou as incertezas após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os efeitos da alta das taxas de juros para conter a **inflação**.

O Brasil deve manter uma taxa de crescimento abaixo da média da América Latina, que já é considerada baixa, assim como em anos anteriores, segundo projeção do banco divulgada na última semana.

A instituição projeta que em 2023 o **PIB** do país crescerá 0,8% em relação ao ano anterior. O valor é próximo do que o mercado prevê, de 0,9%, segundo o mais recente boletim Focus do Banco Central.

A projeção do Banco Mundial é de pouco mais que a metade prevista para o crescimento da América Latina, de 1,4% em 2023, a mais baixa taxa regional no mundo. Nos dois anos seguintes, o crescimento previsto é de 2,4% ao ano.

Malpass destacou que o país aumentou as taxas de juros antes que outros países, entre 2021 e 2022, enquanto ainda havia debate sobre a persistência da **inflação** e os bancos centrais resistiam a subir os juros.

"O que vemos agora é a reação da alta taxa de juros e também as incertezas da eleição".

"A desaceleração também indica as preocupações de investidores. É um desafio global, os fluxos de investimento em países em desenvolvimento se reverteram e há saída de dinheiro. É urgente para o Brasil ter boas políticas econômicas para acelerar o crescimento, e isso permitirá o gasto que o governo quer fazer com os propósitos sociais e ambientais para mudanças climáticas."

Malpass afirmou que "é vital ter um foco forte no crescimento acelerado no futuro" e que "a boa notícia é que as taxas de juros já subiram". "A maior pressão é a disciplina fiscal e a eficiência das políticas regulatórias para apoiar o crescimento", afirmou.

O americano brincou que virou "uma frase comum" dizer que o Brasil tem um enorme potencial e destacou a capacidade de produção agrícola e o potencial de atração da cadeia global de suprimentos.

Indicado ainda no governo Donald Trump, David Malpass está de saída do Banco Mundial. Para o seu lugar, o presidente Joe Biden indicou o indiano-americano Ajay Banga, ex-CEO da MasterCard.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246&maxTouch=0&_ga=2.153559800.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Baixar os juros não é tão simples (Editorial)

A **inflação** brasileira mostra tendência de desaceleração, segundo indicam os números oficiais e também as previsões de economistas. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi em março de 4,65% em termos anuais, o que significa que voltou a ficar dentro da meta oficial considerando-se a margem de tolerância, que vai de 1,75% a 4,75%. Além disso, a primeira prévia deste mês de abril do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) teve a maior queda desde o Plano Real: houve deflação desse outro indicador de 0,90% e em 12 meses o índice está agora apresentando uma queda de 2,12%.

Isso certamente deve aumentar a pressão sobre o Banco Central (BC) para reduzir os juros, como cobra, todos os dias, o presidente Lula da Silva. Afinal, os juros foram elevados e mantidos nesse patamar em razão de uma perspectiva de alta da **inflação**. Mas a coisa não é tão simples quanto Lula gostaria.

Para que os juros sejam reduzidos, não basta que as projeções indiquem o recuo da **inflação**. A decisão sobre o nível da taxa básica depende de outros fatores, em especial do compromisso do governo com o equilíbrio fiscal. E isso ainda não está muito claro, a despeito do entusiasmo de muitos com o novo regime fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

É de todo desejável que os juros caiam. Na sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve em 13,75% a taxa Selic, que serve de base para a definição de juros no País. É a segunda taxa nominal mais elevada do mundo, só perdendo para os juros estratosféricos reinantes na combalida Argentina.

São consistentes os sinais de aperto no crédito, e já há quem veja uma crise mais grave avizinhandose. Empreendedores em geral, grandes e pequenos, se queixam de que não conseguem financiamento a um custo que não seja proibitivo. A inadimplência dos consumidores segue muito alta. Todas as projeções sobre o desempenho da economia brasileira sugerem um cenário de baixo crescimento neste e nos próximos anos. Para um país que está estagnado há mais de uma década, não é algo aceitável.

Se os juros altos são causa principal dessa perspectiva sombria, são também consequência da tolerância do governo à **inflação**, que não é de hoje: na gestão de Jair Bolsonaro, a **inflação** turbinou as receitas do Tesouro, ajudando a melhorar as contas, enquanto esfolava os pobres e a classe média; o

governo de Dilma Rousseff, por sua vez, deu de ombros à **inflação** ao proclamar que "gasto é vida", fazendo da irresponsabilidade fiscal sua estratégia de crescimento - o resultado, todos sabem, foi a pior recessão da história nacional. Como Lula da Silva não renegou Dilma, isto é, não reconheceu o desastre de sua pupila, é natural que a autoridade monetária ainda desconfie da disposição do atual governo de restabelecer a racionalidade na administração das contas públicas, a despeito dos genuínos esforços do ministro Haddad.

O Banco Central, como tem enfatizado seu presidente, Roberto Campos Neto, considera que a queda da **inflação** em março é apenas um dado a mais a ser levado em consideração nas decisões sobre a taxa Selic. Em conversas durante a assembleia do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, comparou a taxa Selic a um tratamento com antibiótico aplicado ao paciente - a economia brasileira. "Se você parar no meio do tratamento só porque você tem os primeiros sintomas mais positivos, você pode perder todo o efeito", disse.

O BC tem deixado claro em seus comunicados após as reuniões do Copom que prefere olhar para os dados no âmbito de um "horizonte relevante". Ou para citar o texto do **comunicado**, "o Comitê optou novamente por dar ênfase ao horizonte de seis trimestres à frente. (...) O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual".

Trocando em miúdos, a bola está com o governo, que deve mostrar respeito pelos fundamentos econômicos, sem flertar com experiências heterodoxas e populistas que, a título de impulsionar o desenvolvimento do País, ameaçam condená-lo de vez à mediocridade.»

PT quer barrar teto para investimentos

EDUARDO GAYER BRASÍLIA

O PT pressiona o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a não incluir no texto da nova âncora fiscal que será encaminhado ao Congresso na próxima semana qualquer tipo de trava ao investimento público - como planeja a equipe econômica.

"O que a gente defendeu no PT, e quer dialogar com a Fazenda, é liberar investimentos de qualquer trava. Não ter trava nenhuma, não ficar com o limite de só ser corrigido pela inflação", afirmou ao Estadão/Broadcast a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, antecipou ao Estadão/Broadcast que esse limite seria correspondente a R\$ 25 bilhões.

Com essa trava, uma eventual elevação da arrecadação seria canalizada não só para investimentos, mas também para melhoria das contas do governo, ajudando num cenário mais favorável para a estabilização da dívida pública. Limitar investimentos adicionais é uma estratégia defendida pelo mercado financeiro.

Dirigente com acesso direto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gleisi coleciona divergências com Haddad quando o assunto é a condução da economia.

No fim de fevereiro, a dirigente se opôs publicamente à proposta da Fazenda de retomar a tributação dos combustíveis, o que foi cancelado por Lula.

A presidente do PT disse que ainda não leu o texto final do arcabouço fiscal e que, por isso, não tem certeza se haverá alguma trava ao investimento público.

"Queremos conversar com Haddad, com a Fazenda. A defesa do investimento público é uma posição consolidada do PT." A fala da dirigente vem apenas três dias após Lula defender o arcabouço fiscal e o próprio Haddad em reunião ministerial que marcou os 100 dias de governo.

DEFESA.

O secretário nacional de comunicação do partido, Jilmar Tatto, saiu em defesa do projeto e negou que parlamentares da sigla vão "bater" no ministro da Fazenda. "O projeto do Haddad é diferente do projeto

fiscalista do (Antonio) Palocci e do (Joaquim) Levy", afirmou Tatto à reportagem.

Integrante da Executiva nacional do PT, Tatto minimizou os impactos do dispositivo que pode limitar os investimentos.

"Se a gente tiver um ambiente econômico saudável, tranquilo e com credibilidade, você tem investimentos privados, externos", afirmou o secretário nacional de comunicação do PT.

Haddad tem sido comparado nos bastidores do PT ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, que no primeiro governo Lula promoveu um forte ajuste fiscal e levou a um racha na sigla. Parlamentares petistas se opuseram publicamente à reforma da Previdência apresentada à época e acabaram expulsos do partido ou pediram desfiliação. Grande parte dos rompidos formou o PSOL, que hoje integra a base de governo de Lula.

"O que a gente defendeu no PT, e quer dialogar com a Fazenda, é liberar investimentos de qualquer trava" Gleisi Hoffmann Presidente nacional do PT

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O dólar abaixo dos R\$ 5 - CELSO MING

CELSO MING

O otimismo recente não melhorou a foto da economia brasileira, que continua ruim. No entanto, contra essa maré, a cotação do dólar caiu mais de 6% neste ano. Até onde vai esse período de valorização do real?

No fechamento do câmbio desta quinta-feira, o dólar ficou nos R\$ 4,92, a cotação mais baixa desde junho de 2022. Os movimentos do câmbio sempre foram um desafio para os especialistas.

Mas há explicações para essa baixa acentuada.

À primeira vista, juros substancialmente mais altos no mercado interno em relação aos do exterior, como hoje, tendem a atrair mais recursos, que procuram aproveitar melhores retornos nas aplicações em reais. Assim, pelo efeito da lei da oferta e da procura, caem os preços da moeda estrangeira em reais.

Mas há alguns meses, quando a diferença entre juros internos e externos era maior, a entrada de moeda estrangeira não era tão acentuada como agora.

Nas últimas semanas, passaram a atuar dois fatores independentes entre si. O primeiro tem a ver com certa melhora da questão fiscal que afugentava capitais em vez de atrair. O encaminhamento do arcabouço, embora não plenamente satisfatório, apontou para mais equilíbrio do que a situação anterior e ajudou a reverter o fluxo negativo.

O outro fator está relacionado com a perspectiva de baixa futura dos juros básicos (Selic).

O recuo da **inflação** e a divulgação do próprio arcabouço fiscal sugerem que o Banco Central volte a afrouxar sua política. Como mantêm no exterior polpudos depósitos em dólares - que ninguém sabe de quanto são -, muitos exportadores parecem ter iniciado o repatriamento desses recursos para aproveitar os juros altos por aqui e ajudaram a derrubar as cotações.

Não dá para desdenhar os fatores externos. O preço do dólar também recuou diante das demais moedas fortes porque o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) vem acenando para a desaceleração da alta dos juros. Ao mesmo tempo, a percepção geral de que as autoridades controlaram a crise bancária desencadeada pela quebra do Silicon Valley levou os senhores do capital a sair da toca do

dólar em que se refugiaram e a correr mais risco.

Os analistas consultados pelo Banco Central por meio do Boletim Focus apostam que, no fim do ano, o dólar estará valendo R\$ 5,25. Não dá para encontrar firmeza nessa projeção porque as incertezas externas e internas continuam fortes.

Sabe-se lá para onde vão a **inflação** global e os preços do petróleo.

E, no âmbito interno, não dá para saber qual será a atitude do Congresso em relação à **reforma tributária** e à política econômica do governo Lula. E o futuro da moeda estrangeira depende muito desses fatores.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
O dólar abaixo dos R\$ 5

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SOBE E DESCE

EVOLUÇÃO DO DÓLAR DOS EUA,
EM REAIS



FONTE: BROADCAST /**INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

Metas fiscais devem ficar fora do texto de âncora

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

As metas fiscais perseguidas pelo governo para as contas públicas, divulgadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deverão ficar de fora do texto do novo arcabouço fiscal. O projeto, que será enviado ao Congresso na semana que vem, determinará que as metas sejam fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - que orienta a elaboração do Orçamento do ano seguinte.

No projeto do arcabouço, estará determinado o intervalo da nova regra de controle do crescimento de gasto, mas a meta fiscal (diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta, sem contar os juros da dívida) será fixada no projeto da LDO, lei que é encaminhada todos os anos ao Congresso no dia 15 de abril. Esse é o mesmo modelo usado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LDO será encaminhada hoje ao Congresso já com a meta fiscal de 2024, de 0% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Pelo projeto da nova âncora, ainda em elaboração, será preciso explicitar na LDO o impacto da meta sobre a evolução da dívida pública. Também será necessário explicar se houver divergência da meta fixada a cada ano na LDO da meta estimada no primeiro ano do governo para os anos seguintes.

Os limites da regra de gasto estarão sempre fixados - uma forma de limitar de antemão a variação das despesas.

No anúncio do novo arcabouço, Haddad se comprometeu com uma trajetória de resultados fiscais de déficit de 0,5% do **PIB** em 2023; 0% em 2024; superávit de 0,50% em 2025; e de 1% no fim de 2026, último ano do governo Lula.

A regra de controle de gastos terá um intervalo para o crescimento das despesas acima da inflação de 0,6% (piso) a 2,5% (teto) ao ano.

Já as metas fiscais terão uma banda de tolerância de 0,25 ponto percentual para baixo e para cima, num modelo parecido com o do regime de metas de inflação adotado pelo Banco Central.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pressa de Lula é incompatível com missão dos BCs (Editorial)

Quando o Banco Central (BC) manteve a Selic em 13,75% no mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu entorno não esconderam a indignação. Os exegetas de comunicados da autoridade monetária insistiram - e continuam insistindo - em ver motivação política na decisão, apesar de a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC apontar avanços na apresentação das novas regras fiscais pelo Executivo. A **inflação** de março demonstrou, para quem ainda tinha dúvida, que o BC tem cumprido sua missão.

Os preços subiram menos que o esperado (0,71%), e a **inflação** acumulada em 12 meses caiu para 4,65%, segundo o IPCA. Pela primeira vez desde fevereiro de 2021, o resultado está dentro dos limites da meta inflacionária, entre 1,75% e 4,75%. Mesmo que as previsões sugiram um repique nos preços até o final do ano, é inequívoco o êxito da política de juros altos para contê-los, em benefício de consumidores e investidores.

Atuando como organismo independente, o BC tem plenas condições de conduzir a **inflação** aos níveis desejados sem distorções artificiais, como os cortes açodados no governo Dilma Rousseff, que depois forçaram uma reviravolta e altas mais dramáticas. Mas o combate à **inflação** não depende apenas da autoridade monetária brasileira.

O Copom faz bem em prestar atenção à situação nos Estados Unidos e na Europa como um dos fatores que, na expressão usada em seu **comunicado**, "elevaram a incerteza e a volatilidade". A **inflação** nas economias avançadas interfere nas expectativas e nos preços brasileiros.

Felizmente, depois de demonstrar inesperada resiliência, também ela começa a ceder. No dia seguinte à divulgação do IPCA no Brasil, saiu a **inflação** americana de março. Lá também houve queda, para 5% em 12 meses (ante 6% em fevereiro).

Foi o índice mais baixo desde maio de 2022. Tal resultado animou os mercados no mundo todo e derrubou o dólar no Brasil.

A boa notícia de queda na **inflação** não significa necessariamente que o BC americano relaxará a política monetária. O Fed já elevou as taxas nove vezes desde março de 2022 e ainda se espera um

novo aumento antes que Jerome Powell e seus diretores deem um tempo. O FMI recomenda que as autoridades monetárias não relaxem no aperto dos juros, mesmo diante dos problemas inevitáveis no mercado de crédito e da insolvência de algumas instituições financeiras.

O cenário inflacionário global será determinante para a resposta do BC brasileiro.

Diversos estudos em ciência política comprovam a associação entre alta na **inflação** e queda na popularidade presidencial. Portanto, em meio à confusão e incerteza que Lula tem disseminado com suas decisões sobre política econômica - incluindo suspensão de privatizações, revisão do Marco do Saneamento e da Lei das Estatais, intervenção na Petrobras e novas balizas fiscais -, os números deixam evidente um fato: por ironia, nenhum ministro tem feito mais pelo governo Lula que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ao conter a **inflação**.

Site: Bolsonaro mobilizou população contra as urnas e usou Estado em seu benefício, diz MP

EUA têm crédito em contração depois do choque de juros (Artigo)

PAULO GALA

O volume de crédito contratado nos EUA caiu em mais de US\$ 100 bilhões nos últimos 15 dias de março.

Foi a maior queda desde a pandemia. Algo semelhante foi visto na crise de 2008. As altas de juros do Fed têm direcionado recursos de depósitos à vista dos bancos para fundos de investimento de curto prazo.

Os bancos não aumentam a remuneração paga para depósitos para não perder lucratividade, mas acabam vendendo seus recursos drenados por clientes para veículos mais rentáveis.

Esse movimento tem dificultado novas captações para bancos pequenos e médios.

Essa drenagem dos balanços implica em cortes de crédito para reduzir alavancagem em bancos que já têm apetite por risco reduzido depois da quebra do Silicon Valley Bank.

Os empréstimos imobiliários de bancos pequenos caíram em mais de US\$ 30 bilhões nas últimas duas semanas, cifra somente observada nas quedas da crise de 2008. As altas de juros do BC americano começam a ter efeitos mais fortes e preocupantes na economia dos EUA.

O desemprego americano segue ainda na casa de 3,5%, mas a criação de vagas começa a dar sinais de desaceleração.

A relação entre número de vagas disponíveis e pessoas desempregadas caiu de 2 para 1,6, mínima de algumas semanas.

As taxas de juros para crédito high yield de menor qualidade já se aproximam de 10% ao ano. A curva de juros precifica cortes já no segundo semestre, e os temores em relação a uma recessão aumentam a cada dia. O estresse no mercado bancário americano terá como resultado provável uma interrupção no ciclo de alta de juros.

A contração de crédito feita por bancos em dificuldade tem efeito similar a choques de juros promovidos por bancos centrais.

Os bancos farão o que os BCs tentavam fazer com altas de juros: reduzir crédito.

Os efeitos sobre a economia serão de atividade mais fraca, que resultará em **inflação** menor.

No Brasil, o volume de crédito na economia alcançou R\$ 5,3 trilhões em fevereiro, com uma leve retração de 0,1% no mês em relação a janeiro. O estoque de crédito para empresas diminuiu 0,7% no mês, para R\$ 2,1 trilhões, enquanto para pessoas físicas houve aumento mensal de 0,4%, somando R\$ 3,2 trilhões.

Na comparação interanual, considerando a mesma base de comparação, tanto a variação do crédito para as pessoas jurídicas quanto para as pessoas físicas desacelerou em fevereiro respectivamente para 5,9% e 17,4%.

A forte alta da Taxa Selic para 13,75% ao ano encareceu muito o custo do crédito em geral no Brasil e tem desestimulado novas contratações de empréstimos.

O comprometimento da renda das famílias com serviço da dívida já chega a máximas em meses, e a inadimplência tem subido nas últimas semanas, segundo dados do BC. Os choques de juros nos EUA, no Brasil e no resto do mundo têm feito o serviço de segurar o crédito, o preço dos imóveis e de ativos financeiros. Por meio desses diversos canais, apolítica monetária conseguirá atingir seu objetivo de reduzir a **inflação**.

Mas os efeitos colaterais já começam a aparecer de maneira mais contundente. A sintonia fina das taxas de juros agora é fundamental para evitar crises e custos econômicos desnecessários.

* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

EUA têm crédito em contração depois do choque de juros

Site: *Bolsonaro mobilizou população contra as urnas e usou Estado em seu benefício, diz MP*

Movimento propõe agenda até 2034 por PIB maior e bem-estar social



Rogério Caiuby. "Ideia é que o documento seja um facilitador, para o governo, de todas as demandas da sociedade"

Marcelo Osakabe De São Paulo

Mais conhecido pela atuação em defesa da redução do Custo Brasil, o Movimento Brasil Competitivo (MBC) lança nesta sexta-feira (14) uma proposta mais ampla, para impulsionar o crescimento sustentável e o bem-estar social no Brasil nos próximos 12 anos.

A chamada "Agenda 2034", que será entregue à ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet em evento em São Paulo, não tem como base novo estudo, mas é um compilado do que entidades governamentais e da sociedade organizada, no Brasil e exterior, pensaram nos últimos dez anos para o Brasil no médio prazo.

Realizado com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o projeto analisou mais de uma centena de estudos, debateu os temas em reuniões temáticas e grupos de trabalho e organizou as propostas em três "macro objetivos".

O primeiro é elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754 para 0,864, o que colocaria o país, hoje na 87ª colocação do ranking da ONU, perto da posição ocupada hoje por Portugal (38ª). Os demais são: trazer o crescimento do **PIB** per capita para 2% ao ano, de uma média de 1,3% ao ano entre 2000 e 2019, e alcançar o top 30 do Relatório de Competitividade Global do Banco Mundial. Na última

edição, o país ficou na 71ª posição, de um total de 141 países.

"A Agenda 2034 faz essa releitura de tudo o que existe de comum nessas diversas iniciativas e concentra, em um único documento, sugestões de prioridades e metas a serem perseguidas", afirma o conselheiro-executivo do MBC, Rogério Caiuby. "A ideia é que o documento seja um facilitador, para o governo, de tudo o que a sociedade vem demandando nos últimos dez anos." Segundo Caiuby, o ano de 2034 foi escolhido porque é distante o suficiente para permitir que muitas iniciativas de longa maturação consigam mostrar os resultados esperados e também próximo o suficiente para identificar os projetos que podem nos levar a esses objetivos.

A partir desses três principais objetivos, medidos por indicadores internacionais reconhecidos, a agenda se desdobra em seis eixos: economia, social, ambiente, educação, infraestrutura e governança.

Esses eixos têm 35 propósitos e 40 metas, que podem ser acompanhadas por indicadores já existentes.

A ideia, diz Caiuby, é lançar juntamente um observatório para fazer o acompanhamento periódico desses 40 indicadores. "É uma base para que a gente consiga, a todo momento, sentar com o setor público e privado para avaliar se aqueles determinados projetos prioritizados estão caminhando com a velocidade necessária." A eliminação do Custo Brasil, por exemplo, é um dos objetivos do eixo economia. A meta, por sua vez, é reduzir esse custo, estimado atualmente em 22% do **PIB**, para 10% até 2034. O indicador usado é o Observatório Custo Brasil do MBC e da FGV.

Além dos objetivos traçados, o documento compila mais de 300 propostas, muitas vezes compartilhadas, de ação para atingir as metas estipuladas. No caso do Custo Brasil, as consideradas "imediatas" são: garantir a simplificação tributária e eliminação da cumulatividade, assegurar o acesso à educação profissional, promover a simplificação regulatória e profissionalização das agências reguladoras e facilitar o acesso ao crédito competitivo.

Já a educação profissional e tecnológica, em si, é um dos propósitos específicos do eixo educação.

A meta, nesse caso, é ampliar de 10% para 50% o percentual de alunos matriculados nesta modalidade de ensino médio. Neste caso, entre as propostas consideradas imediatas, colhidas com instituições como o Ipea, a CNI e a OCDE, estão conectar melhor o mercado com as instituições de ensino profissionalizante e mudar a forma de divulgação das políticas no setor, privilegiando informação sobre emprego, salários e plano de carreira.

"São propostas que podem ser atualizadas, caso a gente perceba que não estão surtindo o efeito desejado.

O importante é ter um conjunto inicial que possa ser considerado prioritário, mas com flexibilidade para corrigir o rumo caso necessário", diz o executivo do MBC.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187520?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187520?page=1§ion=1)**